

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
WILLIAM MENEGUETTI CORREIA**

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR**

CASCADEL

2018

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
WILLIAM MENEGUETTI CORREIA**

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação

Professor Orientador: Sandra Magda Mattei Cardoso

CASCADEL

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
WILLIAM MENEGUETTI CORREIA

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof^a. Arq^a. Sandra Magda Mattei.

BANCA EXAMINADORA

Arquiteto Orientador
Centro Universitário Assis Gurgacz
Sandra Magda Mattei Cardoso

Renata Esser Sousa
Centro Universitário FAG
Mestre.

Cascavel/PR, 29 de maio de 2018

DEDICATÓRIA

Aos meu pais, Celia e Augusto, que incentivaram, acreditaram que me deram força e todo tipo de suporte para que hoje possa estar escrevendo está dedicatória, compreenderam minhas dificuldades e a preocupação contida, em minhas várias noites em claro na frente do computador; A meus avós, onde pude contar todos os dias com sua casa, alimento, para que conseguisse trabalhar e estudar; A minha irmã Thainá, que sempre acreditou que poderia ser capaz; Aos meus tios e primos e amigos que me ajudaram de alguma forma; A minha orientadora Sandra, sempre disposta a me ajudar.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pois ele que nos dá força para superar as dificuldades e enfrentar os cominhos turbulentos, e ensina como escrever certo por linhas tortas;

Á Nossa Senhora Aparecida, por estudar minhas desilusões e exaltações;

Á meus pais Augusto Correia e Celia Meneguetti Correia, por toda ajuda e força que em mim depositou;

Á toda equipe em especial ao Senhor Pedro Cabral responsável do setor de Engenharia e Projeto da Prefeitura de Assis Chateaubriand, por me fornecerem dados e arquivos indispensáveis para a realização deste trabalho;

Ao meu chefe, Fernando H. J. do Nascimento que sempre permitiu estudar em horário de serviços;

Á minha orientadora Sandra Magda Mattei Cardoso, no qual sempre disposta a ajudar, me norteou em momentos que não sabia para onde ir, pelo seu conhecimento repassado a mim de maneira a enriquecer meu portfólio;

Aos colegas de turma, que sempre tiveram dispostos a trocas de informações;

Á minha namorada, que sempre tivera paciência e compreensão nos momentos de dificuldade;

E a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

Fui para os bosques viver de livre vontade. Para sugar todo o tutano da vida. Para aniquilar tudo o que não era vida e para quando morrer, não descobrir que não vivi.
Henry David Thoreau 1817-1862.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa aborda o Parque Municipal São Francisco de Assis – localizado na cidade de Assis Chateaubriand – Paraná, por meio de levantamento de dados da atual situação do parque, podendo assim considerar satisfatória ou não suas dependências e se faz necessária uma intervenção. A temática desta pesquisa teve como base a seguinte pergunta: de que maneira pode-se incentivar a população a frequentar o Parque Municipal de Assis Chateaubriand? Assim em busca de uma resposta, considerando que se trata de uma área de Mata Nativa, e de Preservação Permanente, busca-se nortear uma intervenção de maneira que não haja prejuízos ao Meio Ambiente e para a memória da população, referente a valores simbólicos e afetivos com o local. Como objetivo geral, este trabalho procura fazer um projeto de revitalização para o Parque Municipal São Francisco de Assis, desta maneira propor soluções projetais para a melhor utilização do espaço interno e externo do parque pelos visitantes e munícipes, integrando-o com seu entorno e promovendo várias atividades que ocorram simultaneamente, assim possibilitando a atender um maior número de pessoas em suas dependências. A metodologia empregada busca em compreender as áreas verdes e seus benefícios para a população, em caráter de pesquisa bibliográfica e de análise em assuntos relacionados ao tema. Para os efeitos se propôs um Projeto de Revitalização que possa atender os anseios da população que busca uma área de lazer que possa lhes proporcionar bem-estar e segurança, que está se faz de suma importância a uma cidade e seus habitantes.

Palavra-chave: Parques. Parque Municipal. Bem-estar. Área Verdes. Meio Ambiente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planos de visão da paisagem percebidos:	21
Figura 2: Acorde de cores vermelhas.....	22
Figura 3: Acorde de cores verdes.....	22
Figura 4: As cores preferidas.	23
Figura 5: As cores menos apreciadas.	23
Figura 6: Portal de entrada na Pedreira Paulo Leminski Curitiba – PR.....	31
Figura 7: Esquema para colocação da pavimentação.....	32
Figura 8: Visão geral do Parque do Povo.....	34
Figura 9: Vista dos Jardins.....	35
Figura 10: Vista da ponte e da Pirâmide	35
Figura 11: Coreto locado na parte alta do parte	36
Figura 12: Vista área do Parque São Lourenço.....	37
Figura 13: Mãe e Filha contemplam a natureza no Parque São Lourenço.....	37
Figura 14: Plano massa do Parque São Lourenço	38
Figura 15: Casa Erbo Stenzel, antes do incêndio	39
Figura 16: UNILIVRE - Vista do lago.....	40
Figura 17: Plano massa do Bosque Zaninelli	41
Figura 18: Visão do Mirante	42
Figura 19: Trilha Ecológica em meio a mata nativa	42
Figura 20: Vista aérea do Parque	43
Figura 21: Plano massa do Parque	44
Figura 22: Fonte d'água - <i>Crown Fountain</i>	44
Figura 23: Jatos d'água jorrados pela Torre.....	45
Figura 24: espaço verde	45
Figura 25: Mapa de localização do município	47
Figura 26: A cidade de Assis Chateaubriand 1963 (data estimada)	47
Figura 27: Vista geral aérea do Parque	48
Figura 28: Centro Ambiental Dionísio Binatti.....	49
Figura 29: Mapa topográfico geral.....	50
Figura 30: Topografia ponto A – ponto B.....	50
Figura 31: Topografia ponto B – ponto C.....	50

Figura 32: Quiosques utilizados pela população.....	51
Figura 33: Trilha da Princesa no seu início.....	51
Figura 34: Portal de entrada	52
Figura 35: Via local em dia de seca	52
Figura 36: Córrego Nashi, sofre com o assoreamento	53
Figura 37: Locais de acumulo e escoamento de água	53
Figura 38: Início de erosão - área sem cobertura	54
Figura 39: Imagem do entorno Rua Rolândia	54
Figura 40: Áreas com grama	55
Figura 41: Mapa de novos acessos.....	57
Figura 42: Área onde foi realizada atividades.....	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA.....	13
1.2 ASSUNTO.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 PROBLEMA	14
1.5 HIPÓTESE	14
1.6 OBJETIVOS	14
1.6.1 Objetivo geral	14
1.6.2 Objetivos específicos	14
1.7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.8 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	15
 2. PAISAGEM E IDENTIDADE DAS CIDADES	 16
2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DA PAISAGEM URBANA.....	17
2.2 HISTÓRIAS E EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES URBANOS.....	17
2.3 RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA	19
2.3.1 Sensações das Cores no Paisagismo.....	21
 3. IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES.....	 25
3.1 PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL.....	27
3.1.1 Parques Ecológicos.....	28
3.1.2 Leis	29
3.1.3 Sustentabilidade.....	30
3.2 ENGENHARIA DA PAISAGEM.....	30
3.2.1 Mobiliários Urbanos	32
 4. CORRELATOS	 34
4.1 PARQUE DO POVO – TOLEDO – PARANÁ	34
4.1.1 Aspecto Formal	34
4.1.2 Aspecto Funcional	35
4.1.3 Aspecto Ambiental	36

4.2 PARQUE SÃO LORENÇO – CURITIBA – PARANÁ	36
4.2.1 Aspecto Formal	37
4.2.2 Aspecto Funcional	38
4.2.3 Aspecto Ambiental	39
4.3 BOSQUE ZANINELLI “UNILIVRE” CURITIBA – PARANÁ	39
4.3.1 Aspecto Formal	40
4.3.2 Aspecto Funcional	40
4.3.3 Aspecto Ambiental	41
4.4 MILLENNIUM PARK – CHICAGO – EUA	42
4.4.1 Aspecto Formal	43
4.4.2 Aspectos Funcional	43
4.4.3 Aspectos Ambiental.....	45
 5. DIRETRIZES PROJETAIS	46
5.1 O MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND.....	46
5.1.1 Aspectos físicos e climáticos.....	46
5.1.2 Localização do município.....	46
5.1.3 História do município	47
5.2 O PARQUE MUNICIPAL	48
5.2.1 Características do Parque.....	49
5.2.2 Cenário atual.....	51
5.2.3 Estudos de impacto de vizinhança (EIV)	55
5.2.4 Lei.....	56
5.4 INTENÇÕES PROJETUAIS	56
5.4.1 Programa de necessidade.....	57
5.4.2 Plano massa	59
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
 REFERÊNCIAS:	61
 ANEXOS	65
ANEXO A: CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE (ARTIGO 255)	65

ANEXO B: LEI 6.938/81 DA CONSTITUIÇÃO, IMPLEMENTA POLÍTICAS NACIONAIS DO MEIO AMBIENTE (PNMA),.....	66
APÊNDICES	67
APÊNDICE A: PONTOS FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS ANALISADOS	67
APÊNDICE B: MAPAS EXPLICATIVOS DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	68
APÊNDICE C: PRANCHAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO	69

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre a importância das áreas verdes para a população, abordando a qualidade de vida proporcionada por estas áreas e suas influências sobre o bem-estar humano. Parques, Jardins particulares ou públicos, tendem a oferecer uma melhor sensação de conforto térmico, devido à existência predominante de vegetação arbórea, rasteira, arbustiva, dentre outras espécies de plantas.

Com o crescimento acelerado das cidades e a alta densidade populacional, requer uma demanda por áreas verdes com âmbito recreativo e de lazer, contudo também a necessidade de uma boa qualidade destes locais. A preocupação com a qualidade e quantidade, vem de encontro com a carência de quintais particulares nas residências familiares, devido ao pouco tempo em que as pessoas têm para o cuidado dos mesmos, e a especulação imobiliária que visa lucro mais, aumentando a quantidade de lotes e diminuindo seus tamanhos.

O quanto importante os Parques são para a população é também para a cidade em geral. Proporciona um micro clima com temperaturas mais amenas e agradáveis, sua concepção paisagística agrega valor e identidade própria nas suas proximidades, com suas nuances de cores e aromas originados de seus maciços floridos, que se bem planejado oferece à cidade um belo cartão postal de referência e qualidade paisagística.

A revitalização de Parques Urbanos tem a proporcionar o melhoramento da potencialidade destas áreas para a população, muitas vezes com abrangência ecológica de preservação à mata nativa e aos recursos naturais existentes no seu interior, assim agregando valor à mesma e qualidade de vida para a população.

1.1 TEMA

Revitalização do Parque Municipal São Francisco de Assis.

1.2 ASSUNTO

O assunto está inserido dentro da linha de pesquisa Arquitetura e Urbanismo, no grupo de pesquisa INPAI - Intervenções na paisagem urbana, abordando o tema Revitalização do Parque Municipal São Francisco de Assis, na cidade de Assis Chateaubriand - Paraná

1.3 JUSTIFICATIVA

Os parques e praças urbanas fazem parte do que é conceituado como áreas de lazer, estas proporcionam a utilização mista de seus espaços. O lazer faz parte de necessidade humana, se define a partir do tempo em que as pessoas dispõem para se realizar certas

atividades, tais como jogos, brincadeiras, bem como toda e qualquer forma da prática esportiva, fora do período de trabalho. As áreas verdes e os espaços livres, tem um importante papel no meio urbano, com valores paisagísticos, recreativos e ambientais, todos tem uma influência direta e indireta na sociedade, que reflete na qualidade de vida da população (LIRA FILHO, 2001, p.130-133). Daí a importância de se ter um Parque Urbano que desempenhe sua principal função, que é de acolher com uma boa qualidade todos seus usuários.

1.4 PROBLEMA

O atual problema do parque, se estende pela falta de áreas sombreadas para caminhar ao redor do lago, carência de um atrativo que una as famílias, ausência de infraestrutura e acessibilidade, por consequência seu uso não é agradável em algumas das vezes. Assim sendo, de que maneira pode-se incentivar a população a frequentar o Parque Municipal de Assis Chateaubriand?

1.5 HIPÓTESE

A revitalização bem como um novo programa de necessidades vem com o intuito de acolher e proporcionar a população momentos de lazer e recreação para toda a família, com o máximo de qualidade de vida e bem-estar.

1.6 OBJETIVOS

1.6.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo fazer um projeto de revitalização para o Parque Municipal São Francisco de Assis, e assim propor soluções projetais para a melhor utilização do espaço pelos visitantes e munícipes.

1.6.2 Objetivos específicos

- Pesquisar conteúdo bibliográfico referente.
- Verificar leis municipais do local.
- Propor novo programa de necessidades.
- Fazer levantamento fotográfico e topográfico da atual situação.
- Propor novos quiosques para lazer.
- Apresentar revitalização do Córrego Nashi.

- Propor a revitalização da quadra de areia tais como as das calçadas ao redor do Parque.
- Ampliar a Trilha da Princesa.
- Integrar o uso do Centro Ambiental Dionísio Binatti com o Parque.
- Criar da ciclovia interligando as entradas do parque.

1.7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os espaços públicos verdes onde as pessoas se encontram, brincam e relaxam são essenciais para a saúde e bem-estar humano. Tais espaços são considerados como um recurso ambiental, social, cultural e econômico, sendo assim precisam de proteção e conservação para manter sua vitalidade e produtividade em todas essas áreas (WATERMAN, 2010, p.170-178).

Parques comunitários está além das necessidades do aprendizado em preservar, melhora da saúde e bem-estar, são refúgios muito importantes para o homem, a fauna, a flora. Quanto mais áreas verdes tem a cidade, maior e a integração das pessoas que o frequentam tais locais e como consequência, estreitam as amizades (MARX, 2003, p. 301-304).

O parque tem um importante papel público, dedicado ao lazer da massa urbana, com foco em áreas distintas de atividades físicas, tanto ativa – jogos e parques infantis –, quanto passiva – uma simples caminhada trilhas em meio a mata nativa (MACEDO E SAKATA, 2003, p.13).

As árvores além de se tornarem uma característica da paisagem urbana, contribui para uma vivência mais agradável, proporcionando condições de sombreamento, frescos, e espaços verdes livres, talvez este seja uma das principais buscas da urbanização nos climas tropicais (MASCARÓ, 2005, p.14).

1.8 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa terá como metodologia o levantamento bibliográfico de documentos, produzidos e registrados sobre o tema a ser indagado, como fonte de embasamento teórico (PÁDUA, 2002, p.52). Segundo Marconi e Lakatos (2001, p.110), esta busca por diversas bibliografias é extremamente importante para que se minimize o risco que acontecer plágios ou duplicação de trabalhos, pois, em algum lugar, algum pesquisador ou grupo, já deve ter realizado um estudo igual ou semelhante a este.

2. PAISAGEM E IDENTIDADE DAS CIDADES

Trataremos neste capítulo sobre o conceito e definições da paisagem urbana, tal como a história e evolução destes espaços verdes e a relação do homem com a natureza. Definir o que é uma paisagem até além do que conseguimos ver, além do horizonte, um cenário repleto de elementos que se modificam com o tempo, envolto por uma cidade que necessita de uma área livre de concreto, para que possa descarregar as energias pesadas que se obteve durante um dia de trabalho estresante.

O surgimento destes espaços teve seu início por volta do século XVIII no Egito e China, posteriormente veio para o Brasil criando o primeiro espaço verde no Rio de Janeiro. A falta por estas áreas se fez necessário a partir da revolução industrial, com a industrialização dos serviços, e a migração das pessoas do campo para a cidade, estes empregados necessitavam de um lugar para recreação e descanso após um dia de trabalho. Com a grande procura e demanda, vá-se aprimorando a qualidade e estilo das áreas verdes livres.

A paisagem se faz presente no dia a dia das pessoas, a relação entre homem e natureza se faz com respeito e cuidado, o homem necessita da natureza para ter uma vida mais saudável, e a natureza tende a ser cuidada pelo homem para que possa lhe proporcionar o bem estar que lhe tanto necessita, como uma corrente formada por elos entrelaçados, que juntos são fortes e bem sucedidos, alcançando assim o seu objetivo. A qualidade destes locais refletem diretamente na sociedade, e forma de qualidade de vida, quanto mais agradável é um parque mais ele exerce seu papel, como já dito no início deste trabalho.

A vegetação permite que haja uma integração entre os espaços construídos de jardins e parques. A Paisagem urbana é um conjunto de elementos arquitetônicos e paisagísticos, portanto as árvores, arbustos dentre outras plantas definem uma identidade local, por suas cores, tamanhos e formas, contribuem assim para organizar e delimitar esses espaços (MASCARÓ, 2005).

O real papel de um parque é ser um espaço livre ao público, envolto por uma vegetação, destinadas ao lazer da população, os parques como vemos hoje é um componente das cidades modernas, que está em constantes mudanças. É cada vez mais frequente a necessidade de as cidades brasileiras terem novos parques, para atender à crescente demanda de lazer, esportes e cultura imposta pela população, muitas vezes fugindo do seu papel de apenas um espaço de lazer contemplativo à natureza como era a características dos primeiros parques públicos (MACEDO E SAKATA, 2003).

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DA PAISAGEM URBANA

Segundo Lira Filho (2001), são numerosas as definições para o que é paisagem, apresenta diversos significados, estes dependem da abordagem que se adote e da postura de uma pessoa leiga ou mais instruída. Um cenário, este foi o conceito dado a paisagem na antiguidade, todavia relaciona-la a uma pintura seria eronio, pois a paisagem não é um ambiente estatico, vale resaltar que dentro deste cenário, a presença de elementos vivos – homem, animais, plantas – e ociosos que estão sempre em evolução.

Para Lira Filho O conceito dicionarizado apresenta *paisagem* como “espaço de terreno que se abrange num lance de vista”. Para o Paisagismo, tal conceito é incompleto, uma vez que a paisagem é contínua, ou seja, que existe algo mais além desse “lance de vista” (LIRA FILHO, 2001, p.54).

O uso de vegetação em centros urbanos age suavizando os impactos oriundos da implantação das cidades, as áreas verdes urbanas conceituam-se como áreas livres da cidade, sua característica predominante natural, presença de vegetação arbóreas quanto rasteiras, predomina a taxa de permeabilidade no solo. Define então que: áreas verdes são espaços livres e permeáveis que possuem vegetação independente do porte (FEIBER, 2004).

Dentre as áreas de conhecimento nas quais se intereção pelo meio ambiente, cada um tem sua interpretação do que é a paisagem, cada área de estudo tem objetivos diferentes, para o arquiteto a paisagem sublime é uma bela edificação, já para o urbanista pode ser uma cidade bonita e comum. Mesmo entre si os profissionais do paisagismo defendem diferentes conceitos, todavia verifica-se que a paisagem detem de varias aspectos – estético, cultural e economico – do cenário que nos rodeia e participa do cotidiano (LIRA FILHO, 2001).

2.2 HISTÓRIAS E EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES URBANOS

O que se entende por áreas verdes urbanas na atualidade tem sua base na história do que se entendia então por jardinocultura, com surgimento em dois lugares distintos: Egito e China. Até o século XVIII, a jardinagem egípcia era tratada como um berço da jardinagem acidental, reproduzidos em menor escala do que na china, utilizava sistemas de irrigação como os da agricultura, e tinha como finalidade primordial amenizar o calor excessivo das maradias. A China considerada a “mae” dos jardins naturalistas, se destaca com os jardins de fins religiosos e nestes a implantação de elementos naturais, posteriormente influência os jardins japoneses, para cada jardim com cunho específico – espiritual, religioso e cultural –

detem um elemento natural que o representa simbolicamente, era obrigatorio a presença de pedras, água, lamparinas, dentre outros elementos (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

No entanto no Brasil ocorreram por volta da primeira metade do século XVII em Pernambuco, durante a invasão holandesa no estado, comandada pelo Príncipe Maurício de Nassau (LOBODA; DE ANGELIS, 2005). Segundo Macedo e Sakata (2003), complementando o que diz Loboda e De Angelis (2005), no século XVIII foi criado o primeiro espaço público formal no Brasil, o Passeio Público do Rio de Janeiro, com sua obra iniciada em 1779 a mando do vice-rei D. Luis de Vanconcelo, apartir dai outros logradouros foram sendo consebidos, seguindo uma premissa vigente na época rumo ao cressimento.

Com a era da cidade indurtrial a necessidade da “hora do lazer” entre os turnos de trabalos, eram atribuidas ao descanso e descontração, durante o período a criação de um novo produto, os Parques Urbanos. Nacem apratir do século XIX, perante a necessidade de conseder as cidades, espaços adequados que atenda uma nova demanda social, áreas de lazer para contrapor-se a urbanização. Dois séculos posteriores a revolução undustrial, trazem com sigo a evolução dos Parques Urbanos, em paralelo com novas necessidades da urbanização das cidades, são importantes para mudança de valores e culturas da população urbana (FEIBER, 2004).

Para Macedo e Sakata (2003), que complementa o que diz o autor Feiber (2004), ao longo do século XX novas funções foram introduzidas aos parques, tais como esportivas e de conservação aos recursos naturais – conceito de parques ecologicos – e posteriormente ao lazer com brinquedos eletronicos – no caso nos parques da Disney – , mecanicos e espaços cenograficos. Tais novas funções agregam outras denominações, novos atributos a estes parques – como por exemplo parque ecologico e parque temático.

Durante os séculos XIX e XX, características marcantes e definidas compos três linhas de projetos paisagisticos para parques públicos urbanos: a ecletica, a moderna e a contemporânea. O Ecletismo adota um conjunto de obra do século XIX e XX, influenciada por ideais europeus composto de elementos românticos, bucólicos e árcades, esta linha norteia a criação espaços públicos de lazer como praças e parques nas cidades brasileiras, suas principais características são: a presença de grandes maciços arboreos, os espaços de laser são contemplaticos, existencia de caminhos que cruzam o parque direcionando para pontos focais de convivio coletivo, presença de viveiro de plantas, uso da água em fontes, chafarizes e em lagos, a vegetação como forma de forração. Na década de 1930 e 1940 o pensamento se modifica para um carater nacionalista, com forte influencia dos setores da cultura nacional, a população desenvolve hábitos diferentes e impulsionam a mudanças no programa de

necessidades dos parques, a linha Moderna aprecia as atividades recreativas ao livre, incentivam as áreas de convívio familiar, áreas com *playgrounds*, aparecimentos de locais para esportes, valoriza as atividades culturais, a vegetação tropical prevalece, a água mantém seu caráter contemplativo, as áreas do parque é subdividida e definidas por sua funcionalidade – piquiniques, esportes, lazer infantil e contemplação –, a presença de elementos construídos (MACEDO E SAKATA, 2003).

Ainda para o autor citado acima, nos anos 80 marcado por um processo de transformação e liberdade na criação dos espaços livres urbanos, repensando os princípios modernistas dos anos 60 e 70, nota-se o retorno de valores antigos principalmente do Ecletismo, que se fundem as novas formas de uso. A linha contemporânea tem por característica uma postura experimental não se tornando rígidas em sua concepção como suas antecessoras, o conceito ecológico torna-se importante mecanismo para a preservação das áreas nativas em meio a cidade. Suas formas inovadoras valorizam os espaços com pergolas, mirantes como elementos de uso decorativos, atividades esportivas se mantêm valorizadas, a preocupação com a preservação de ecossistemas naturais vira uma tendência, uso da vegetação fortalece a âncora pela preservação, a água se mantém como importante elemento dos espaços construídos.

2.3 RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

O homem e a natureza se unem em uma única totalidade organizada, no qual fazem parte de uma rede de relações. Essa assimilação dissocia-se dos princípios mecanicistas¹ e busca sua identidade em modelos biológicos e focam menos nas construções físicas (FRANCO, 1997).

A paisagem faz parte do cotidiano humano, promovendo um convívio influenciado aos mais distintos aspectos, dentre destaca-se o ecológico, econômico e social. Estudos de paisagismo apoiam na convicção que a paisagem contemporânea tem o papel de agenciar encontros entre os grupos da sociedade, isto se dá de várias maneiras diferentes, desenvolvendo assim a vida urbana (LIRA FILHO, 2001). Ainda segundo o autor, a paisagem quando cumpre com seu papel ecológico, reflete diretamente no social, pois quando o ambiente está

¹ **Mecanicismo:** Na Filosofia: Doutrina filosófica que entende a natureza a partir de sua submissão aos processos mecânicos; corrente ideológica que analisa a natureza como uma máquina; maquinismo. Na Biologia: Doutrina segundo a qual os seres vivos são analisados ou entendidos a partir de uma sucessão de causas e/ou consequências de proveniência físico-química. Extraído de: <<https://www.dicio.com.br/mecanicismo/>>. Acessado em 31 de março de 2018

devidamente apto a atender a população, esta melhora a sua qualidade de vida no que se refere à o bem-estar físico e mental. É indispensável para a cidade conter uma paisagem rica em diversidade de plantas, proporcionando assim bem-estar a população.

Para Rego, (2003) o homem deve cuidar da paisagem como se fossem “marido e mulher” ser companheiros de lutas e vitórias – ao se ganhar uma causa ou comemorar o germinar de uma semente – o homem ao sentir a dor de uma árvore ao ser cortada, faz com que pense antes de feri-la. Resgatar a originalidade faz com que se renove a vida, que um dia ali esteve presente e vigorosa.

Segundo Loboda e De Angelis, (2005) diz que, a qualidade de vida urbana depende de fatores variados da infraestrutura, economico-social e questões ambientais, quem no caso são as áreas verdes que contribuem para o bem-estar da população, pois é dela que dependem a boa qualidade de saúde física e mental. A concepção ambiental ganha prestígio e passa a ser concebida em forma de praças e parques públicos, com propósito de melhorar a qualidade de vida, recreação, cuidado com a preservação ambiental, preservação de áreas dos recursos hídricos e a própria sociedade assim suaviza a paisagem urbana.

O Paisagismo presente nos parques é o único capaz de aguçar os cinco sentidos do ser humano, as outras artes como a arquitetura, a pintura, e escultura – dentre outras artes plásticas – usa apenas a visão, o paisagismo envolve e proporciona uma vasta vivência sensorial. Quanto mais aguça os sentidos humano melhor cumpre seu principal papel (ABBUD, 2006).

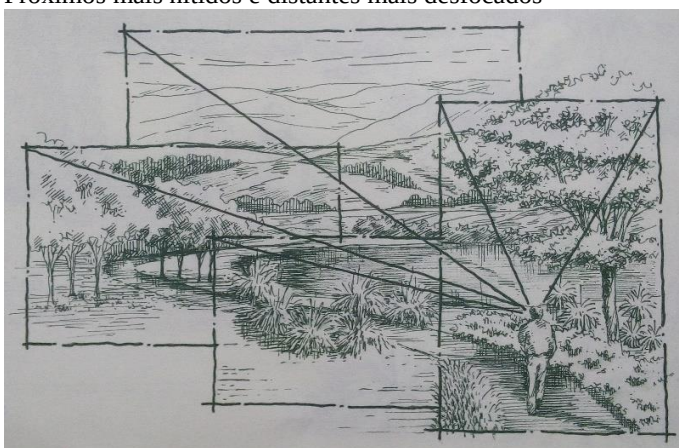
O paisagismo tem por característica trabalhar com a paisagem e seus diferentes componentes – naturais e arquitetônicos – os jardins estão em constante movimento variam com as estações do ano, como já dito anteriormente por Abbud (2006) e agora por Lira Filho (2002) o paisagismo é a única arte que aciona todos os sentidos, ou seja desperta emoções variadas entre as pessoas que o usufruem.

Segundo Lira Filho, (2002) para um jardim que motive o seu observador, é necessário que os elementos nele dispostos proporcionem íntima relação – homem e paisagem – com seus sentimentos. Os sentidos portanto fazem este canal de ligação do ser humano com o meio ambiente em que estão, a visão, o tato, o paladar, a audição e o olfato.

Para Abbud, (2006) a visão trona-se o sentido de maior importância, proporciona a pessoa um movimento com distinção de planos na paisagem o que está próximo, intermediário e longe (Figura 01); o tato já requer o contato direto com o elemento, assim descobrindo a sua maciez ou dureza, sua temperatura e também alerta sobre o sol – calor – e sobre a frescura – sombra – dentre outras; o paladar proporciona a conhecer os jardins de uma

madeira sem igual, com a boca pode sentir e desfrutar das frutas e flores – algumas cosmestíveis como a Capuchinha (*Tropaeolum majus*) – permite saborear os temperos introduzidos na alimentação ou mesmo os chás e infusões feitos com as folhas; a audição proporciona a identificar o canto dos passaros, o vento sacudindo as folhas das árvores e arbustos, murmúrio das águas em fontes, jatos d'água e cachoeiras e por último e não menos importante o olfato reconhece o cheiro das plantas em um amanhecer, o cheiro de terra molhada após uma chuva rápida, o perfume exalado das flores e folhas da grama recém-cortada.

Figura 1: Planos de visão da paisagem percebidos:
Próximos mais nítidos e distantes mais desfocados



Fonte: ABBUD, 2006

2.3.1 Sensações das Cores no Paisagismo

Não tem com falar das cores se não ressaltarmos a importância da luz, esta se incide sobre as cores realçando e definindo as inúmeras paletas de cores com suas variações de tonalidades que são encontradas na natureza. Para Lira Filho (2002), isto a cor é a percepção visual oriunda da produção de luzes com comprimento de onda diferentes. Se ficarmos trancado em uma sala totalmente escura, desde que não haja nenhum fecho de luz, não conseguiríamos detectar e diferenciar as cores ali existentes, isso ocorre por que a uma reflexão ou absorção da luz pelo objeto. Portanto a luz é o agente que nos permite ver as cores de um elemento que a reflete e envia essa reflexão para nossos olhos.

Cores e sentimentos uma combinação que não está atrelada por acaso, são vivências comuns que foram associadas a percepção humana e ficando cada vez mais atreladas em nossa linguagem e em nossos pensamentos e atribuições, ao se conhecer um pouco mais sobre as cores, percebemos que cada uma delas transmite muitos efeitos psicológicos, a maioria contraditórios, entende-se que cada cor pode atuar com efeito diferente dependendo da ocasião. Como por exemplo: o vermelho do erótico pode transmitir o a brutalidade (Figura 02),

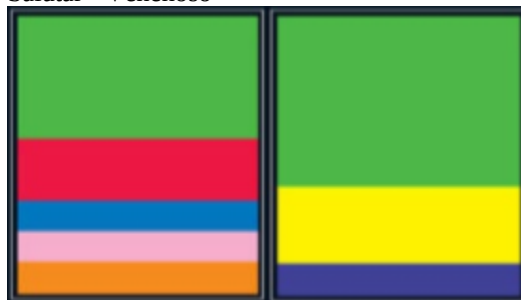
o verde atua de modo salutar² e venenoso (Figura 03), as cores não estão ali sozinhas esta sempre envolve de outras cores, cada sensação transmitida tem a intervenção de outras cores formando um acorde cromático (HELLER, 2013).

Figura 2: Acorde de cores vermelhas,
Erótico - Brutalidade.



Fonte: HELLER, 2013.

Figura 3: Acorde de cores verdes,
Salutar - Venenoso



Fonte: HELLER, 2013.

Sertamente que se pedir para observadores distintos para que mostrem determinadas cores do espectro, se resultaria em variações das sensações obtidas, isso por que o espectro é uma escala móvel, e as pessoas destinam diferentes atribuições aos nomes das cores. A cor produz experiência emocional quanto a forma representa o controle intelectual (RUDOLF, 2004).

No paisagismo a cor se faz presente nos jardins, tanto em formas concretas – arquitetônicas – quanto em elementos naturais que o contêm, as cores exercem funções nas mentes das pessoas, no entanto deve-se tomar um cuidado ao utilizar cores em projetos paisagísticos, esta tem relação com a qual emoção deseja transpor para o usuário do jardim, como por exemplo, um canteiro de tonalidades vibrantes, dá-se um aspecto de agitação e alegria, já em um canteiro de cores suaves, transmite uma sensação de tranquilidade e calma (LIRA FILHO, 2000).

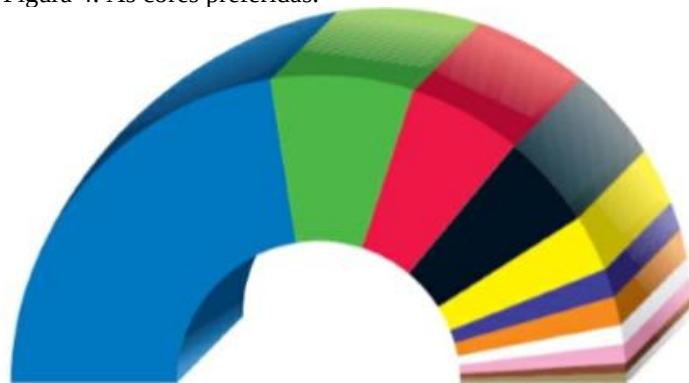
A harmonia é realmente necessária no sentido amplo de que todas as cores de uma composição devem se ajustar num todo unificado, se é que devem se relacionar uma com as outras (RUDOLF, 2004, p.338)

Toda cor tem um significado, todo indivíduo admite que as cores tem intensa expressividade, mas não sabemos como ocorre, os sentimentos causados por elas dependem do contexto que o ser humano está se relacionando, isso vai definir se a cor percebida é de bom gosto ou desagradável, isso se torna ampla o conceito da associação das cores com os

²Salutar: Próprio para conservar a saúde. 2 - Que consola, que alivia. 3 - Moral, edificante, que leva a arrependimento. 4 - Útil. Extraído de: <<https://dicionariodoaurelio.com/salutar>>. Acesso em: 24 mar. 2018

sentimentos. Dentre esta variação que depende do contexto a também as cores de preferência (Figura 04) e as que são menos abreciadas (Figura 05).

Figura 4: As cores preferidas.

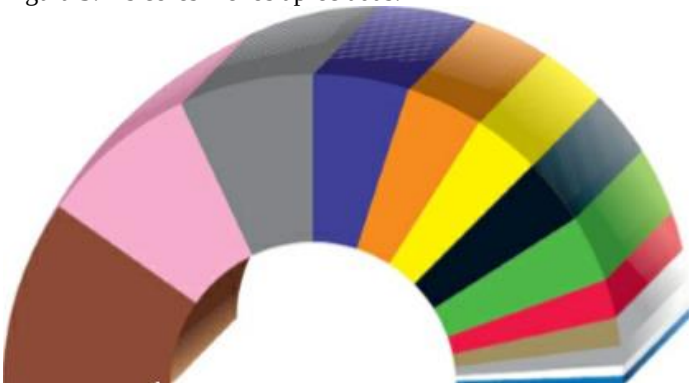


Fonte: HELLER, 2013.

Azul	45%
Verde	15%
Vermelho	12%
Preto	10%
Amarelo	6%
Violeta	3%
Laranja	3%
Branco	2%
Rosa	2%
Marrom	1%
Ouro	1%

Tabela refeita pelo autor

Figura 5: As cores menos apreciadas.



Fonte: HELLER, 2013.

Marrom	20%
Rosa	17%
Cinza	14%
Violeta	10%
Laranja	8%
Amarelo	7%
Preto	7%
Verde	7%
Vermelho	4%
Ouro	3%
Prata	2%
Branco	1%
Azul	1%

Tabela refeita pelo autor

Em seu livro *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*, Heller, (2013) fala de cada uma das cores, aqui trataremos de algumas que se faz relevante ao tema, pois se envolve no âmbito do paisagismo, no que se diz respeito na concepção dos jardins. O azul esta entre as preferidas de 46% dos homens e 44% das mulheres, o significado mais relevante desta cor esta agregado aos sentimentos, com características boas na compreensão mútua, a com muitas vezes relacionada simpatia, amizade e confiança, sentimento que vao ao londo do tempo sendo conquistados. O verde com 16% dos homens e 15% das mulheres, é a cor da natureza tem princípio ao estilo de vida, amor a natureza, consiencia ambiental e a quem faz um recuso de uma sociedade tecnologica, a cor se relaciona como simbolo da vida humana e a tudo que cresce, á saúde pois é sinônimo de verduas – os mais variados tipos hortaliças – presente na alimentação. A cor vermelha esta entre 12% da preferencia dos homens e mulheres, a cor da força, da paixão e do ódio, felicidade e perigo, esta relacionada com atitudes positivas da vida.

Ainda sobre o que diz o autor acima sobre as cores, o Amarelo preferido em 6% dos homens e mulheres, a cor muitas vezes contraditória que compete a simbologia do sol e da luz, relacionada ao otimismo e irritação, inveja e hipocrisia, se mantém instável e ambígua. A cor Branco em caráter simbólico concede a ela sendo a mais perfeita dentre as cores pura e inocência, porém 2% dos homens 1% das mulheres detém como preferida, relacionada também com o início de tudo – uma pintura se inicia a partir de uma tela branca – na religião início do mundo e ressurreição.

Para Dourado, (2009) na concepção da estrutura dos jardins de Burle Marx, considerar o papel das cores e não apenas dos tons verdes como foco principal, torna uma situação de amadurecimento em seu trabalho, isso se faz por volta da segunda metade da década de 1940. À medida que sua sensibilidade pelas artes principalmente pela pintura, Burle Marx despertava várias capacidades de dispor as ofertas colorísticas que se oferta a vegetação tropical brasileira, todo tipo de materiais minerais com nuances de cores variadas, poderia ser empregados nos jardins, tais como pedras, seixos, areia e pedriscos, neste sentido grandes manchas de tonalidades diferentes não sendo dispostas pelo caminho por curtas e longas distâncias, dependia principalmente do tamanho dos jardins e de qual sensações o paisagista pretendia passar para o observador.

3. IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES

Neste capítulo será visto a importância das áreas verdes para com a cidade, o cuidado com estas no momento de um planejamento urbano e ambiental, levando em conta fatores que podem ser benéficos a natureza e a qualidade de vida da população, promovendo uma área de lazer, cultura, educação ambiental, seguindo normas estabelecidas por leis, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, em que estas norteiam toda e qualquer intervenção em áreas de Mata Nativa ou de Preservação Permanente.

Quando bem planejado, estudado e executado o projeto de uma área verde, está proporciona um ambiente apto para prática de esportes, tais como caminhada em meio a natureza, exercício físico ao ar livre ou apenas para contemplação um descanso no final de um dia de trabalho, para recarregar as energias. A preocupação com a qualidade destas áreas não está apenas em ter o cuidado com o meio ambiente, mas também com a qualidade do ambiente que a população vai encontrar ao estar nele, a preocupação com as vias de acesso, mobiliário urbano, estão nas características de um espaço que proporciona qualidade de vida aos seus usuários e qualidade ambiental para a cidade.

As áreas verdes influenciam diretamente na qualidade ambiental das cidades, equilibram os espaços modificados pelo homem para urbanização, indicam e avaliam a qualidade ambiental urbana, estes espaços têm respaldo da lei para existirem, quando a sua falta afeta a qualidade do ambiente. Por exemplo a falta de arborização acarreta um desconforto sensorial, alterando a temperatura do microclima e também a ausência da população que utiliza destes, já que as áreas verdes assumem o papel de espaços de lazer e recreação (LIMA; AMORIM, 2006).

Entende-se que a população urbana depende para o seu bem-estar, não só de educação, cultura, equipamentos públicos, mas também de um ambiente com qualidade, e a vegetação quando presente, interfere positivamente na qualidade de vida dos habitantes da cidade (LIMA; AMORIM, 2006).

Os parques que oferecem uma condição adequada para a prática de atividades físicas e lazer, contribuem para a redução do sedentarismo e aumento na melhoria da saúde e bem-estar dos cidadãos. A má condição dos ambientes e insatisfação dos usuários, faz com que o parque perca sua função e descaracteriza a ideologia de qualidade de vida e saúde. Por suas características físicas e sociais, os parques são considerados áreas ideais para a prática de atividade ao ar livre, por exemplo cinco minutos de caminhada em um parque público, é

suficiente para a melhora na saúde mental, diferentes estudos apresenta inúmeros benefícios na prática de atividade física, além de promover a educação ambiental (SZEREMETA; ZANNIN, 2013).

A vegetação em centros urbanos atua na amenização dos impactos ocasionados pela ação antrópica – impactos causados pela implantação das cidades – com seus desdobramentos, trouxe por consequência a diminuição das áreas verdes naturais, acarretando o aparecimento de inúmeros problemas. A vegetação urbana tem importante papel, permitindo a integração dos espaços construídos com os jardins ou parques, importante também em regiões de clima tropical e úmido, ajudando a qualidade da paisagem urbana (FEIBER, 2004).

Segundo Lira Filho, (2001) o ambiente urbano brasileiro necessita de melhorias, para isso é indispensável a presença de maciços arbóreos denominados de floretas urbanas, a importância destes espaços é que elementos agrupados consigam maior efeito ecológico do que uma árvore apenas isolada. Portanto as praças, jardins públicos e privados, parques dentre outros aglomerados de vegetação arbórea, passam a fazer parte de um conjunto de áreas verde denominado de floresta urbana.

O autor Marx, (2004) relata sua preocupação com a redução de quintais e jardins residenciais, o descanso que era proporcionado por eles terá de ser suprido por jardins públicos, a alternativa para a prática de esportes e jogos com as crianças, concentrará aos parques com deveres educativos voltados para a vegetação. Locais de passeio, recreação e piqueniques proporcionando ao homem lugares de descanso após o trabalho. Entretanto é necessário compreender a importância dos parques, toda cidade deve conter espaços com dimensões adequadas para a população.

Em outro momento Marx, (2003) diz que na concepção dos jardins a vários questionamentos que devem ser repensados, para qual tal a intervenção fique coerente com a que vai ser utilizada. A falta de áreas verdes fará com que as pessoas vivam cada vez mais sobre o concreto, assim deixando a “vida saudável” para segundo plano, e ainda defende que, a construção de parques comunitários está além das necessidades do aprendizado e do bem-estar, as áreas verdes são refúgios muito importantes para o homem, a fauna, a flora, e o clima de nosso país. Contudo o jardim não está ali, apenas para preencher espaços, mas para compor a paisagem juntamente com o seu entorno, as variações dos jardins podem nos aguçar a curiosidade e conhecer mais sobre as espécies da nossa flora.

3.1 PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL

Na antiguidade as cidades eram pensadas antes de sua implantação assim contia um equilíbrio maior entre o homem e o meio urbano, dentre varias razões para sua implantação estava a escolha cuidadosa do local e dali se iniciava a sua constituição, em função da topografia, clima, incidencia da natureza entre outras, praças e ruas eram cuidadosamente planejados (MARX, 2004).

Em varias cidades brasileira é comum ver a diferença na proporção ente as construções urbanas e áreas verdes, a enorme quantidade de poluição visual que vem sendo utilizada, a urbanização com seu objetivo primeiro, o de atender e melhorar a vida humana, nem sempre garante esse privilégio ao não se preocupa em utilizar a vegetação como deveria (ABBUD, 2006). Com falta de um planejamento levando em conta os elemetos naturais exixtentes é um agravante impresumível ao empobrecimento da paisagem das cidades brasileiras, isso reflete negativamente de diferentes formas na qualidade de vida da população (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Para o autor Cohen (2010), o enriquecimento da paisagem, intervenções urbanas e planejamento, passam a ser levada em conta a partir do final do século XIX, a pós as indústrias iniciarem transformações na estrutura das cidades, eis que surge a ância por um planejamento urbano que se adeque o ritmo acelerado do crescimento.

Problemas relacionados com o meio ambiente tem cido de maior intencidade nas cidades, estudos voltados a qualidade ambiental urbana pode contribuir para uma planejamento menos agressivo ao meio ambiente, alencando políticas capazes de gerar menos impacto possivel ao meio ambiente, estes podem colaborar com a melhora na qualidade de vida da população que esta cada dia mais necessitada de uma ambiente ecológicamente equilibrado. Pela expansão demasiada das cidades sem uma organização e preocupação como os recursos naturais, a questão ambiental se agrava e por consequencia transforma o espaço natural. O ambiente urbano é oriundo de dois sistemas: natural – meio fisico e biológico – e antrópico – constituído pela sociedade e suas atividades – funcionam como um sistema aberto onde a sociedade depende dos recursos do meio ambiente (LIMA; AMORIM, 2006).

As áreas verdes urbanas podem ser caracterizadas como “academia ao ar livre”, sendo assim a implantação destas é de suma importância na manutenção da saúde e qualidade de vida à população. O incentivo à construção e revitalização destes espaços, tem destaque os projetos que contemplam os planejamentos com gentões voltadas a suprir as necessidades da comunidade, é importante que estes ambientes sejam vistos e atraídos pela população, sentindo-os motivandos a frequenta-los e usufruir de maneira satisfatória (SZEREMETA;

ZANNIN, 2013). Com a crescente demanda em busca de espaços de lazer e recreação, e a inserção das extensões paisagísticas e ambientais nos planejamentos urbanos, apresentam a temática dos Parques Públicos Urbanos, no centro do desenvolvimento dos planos e projetos urbanísticos (FEIBER, 2004).

O crescimento urbano proporciona uma situação que contradiz – quanto mais população mais parques – no requisito aumento de ambientes para lazer, quanto mais é o aumento das áreas urbanas, por consequência a demanda por estes espaços e a oferta de diminui (LIRA FILHO, 2001).

Não importa a funcionalidade de uma construção – casa particular, prédio público – todas sem exceção deveriam ter uma sensibilidade para com a paisagem, se infiltrar nos canteiros verdes e cheios de vida, para um descanso no fim da tarde, tal tradição no cultivo de áreas verde, tende de ser concebida e continuada para que haja um bom entrosamento das ideias da política de viver bem (MARX, 2003).

3.1.1 Parques Ecológicos

Segundo Macedo e Sakata (2003), os parques ecológicos têm por prioridade a conservação do mesmo e dos recursos naturais que ali existem, como um banhado ou um bosque – áreas de mata nativa – simultaneamente possuem áreas concentradas ao lazer ativo – como jogos e recreação – e também como lazer passivo – uma simples caminhada por trilhas em meio a mata.

Para Franco (1997), o Parque Ecológico diferencia-se de um Parque da Cidades, onde este tem sua destinação com ênfase apenas no lazer ao ar livre, o ecológico é voltado para educação ambiental, com forma de lazer informativos, assim atendem de forma satisfatória e diversificada, a população que o procura. Define-se como Parque Ecológico, o que resguarda e se orienta pela Visão Ecológica³.

A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 004/85, ressalva como reserva ecológica toda formação Florística e áreas de Florestas com âmbito preservação permanente, contida no artigo 18 da lei 6.938 de 31 de Agosto de 1981, e a aquelas definidas pelo poder Público (SECOVI-SP, 2000).

³ Conceito de Ecológico, o qual pressupõe o equilíbrio entre os processos naturais, presentes na área de estudo, e onde são respeitados os fluxos de energia e de vida, incluindo-se aí os fluxos antropicos, devidamente controlados. Extraído de: FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

Para Chacel, (2001) a conservação de áreas verdes utiliza-se dos princípios da ecogênese, que tem como propósito nortear o arquiteto paisagista, a trabalhar não com a paisagem mas sim sob ela, propondo sua transformação e reconstrução. Entende-se então que é um processo de restauração de um ecossistema degradado ou em partes, produzindo condições muito próximas as originais.

3.1.2 Leis

Na metade do século XX o preceito de proteção Ambiental no Brasil atuou atrelado à proteção de ecossistemas de caráter estético e cultural, aspecto excluído pelo Código Florestal de 1934. As áreas públicas – parques – e propriedades privadas – florestas – passa a ser uma unidade de preservação permanente para a fauna, flora e belezas cênicas naturais. Na década de 1960 ocorre uma mudança no conceito de unidade de preservação, incide à abranger grandes ecossistemas de valores estéticos e culturais, para assim proteger espécies ameaçadas, o Código Florestal em 1965 sofre alteração e abrange outras categorias de áreas a serem protegidas. Mais tarde nas décadas seguintes, tal conceito abrange e resalta a proteção de ecossistemas que representa a biodiversidade, a proteção ambiental passa a ser intitulada de conservação da biodiversidade, de âmbito nos mais variáveis sistemas econômico de produção sustentável (MARCONDES, 1999).

A conservação do meio ambiente teve ressalvas a partir da Constituição Federal de 1988, que prioriza e define o meio ambiente como uso comum do povo, gerando assim normas de proteção específica para estas áreas, que antes não existia. No Capítulo VI do Meio Ambiente o Artigo 255 (Anexo A) da Constituição Federal, determina ao Poder Público e aos órgãos competentes o dever e responsabilidades de proteger e manter sua conservação, assim o meio ambiente se torna constitucionalmente um bem de uso comum do povo, amplia o direito e limitações do seu uso de acordo com seus direitos. Todavia a criação da Lei 6.938/81 da Constituição, implementa Políticas Nacionais do Meio Ambiente (PNMA), perante as necessidades já existentes naquela época (Anexo B). (SECOVI-SP, 2000).

Na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 369, de 28 de março de 2006, Apronta sobre os casos atípicos de utilidade pública, interesse social ou com baixo impacto ambiental, esta possibilidade à intervenção ou remoção de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP), considerando que estas áreas são bens de interesse nacional com função ambiental e de proteção do solo a assegurar o bem-estar da população, consiste no desenvolvimento sustentável com objetivo de proteção para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 2012)

3.1.3 Sustentabilidade

O tema Sustentabilidade vem a ser tratado das mais variadas definições, hoje abrange no entanto o tema sustentabilidade ecológica, cultural, econômica, social e espacial. No que define a sustentabilidade ecológica vem ser a ideia de recomposição dos recursos renováveis em caráter de absorção das taxas de poluição pelo meio ambiente, assim garantindo e mantendo os recursos não-renováveis para as próximas gerações que não de vir (MARCONDES, 1999).

A sustentabilidade tem como base o conceito de gestão do desenvolvimento, que considere importante as dimensões ambientais, sociais e econômicas, que assim assegura a continuidade do embasamento natural, estrutura econômica e da sociedade. A sustentabilidade requer uma atitude de modo preventivo, identificar todo o impacto que um empreendimento pode causar de maneira positiva ou negativa, os avanços tecnológicos obtidos refletem em um impacto cada vez mais rápido, sobre o meio ambiente e sobre a sociedade (ALMEIDA, 2002). Ou seja, o termo sustentabilidade está relacionado diretamente ao desenvolvimento econômico e material, com características de não agredir o meio ambiente, com o uso dos recursos naturais de maneira inteligente, para garantir a existência no futuro (QUEIROZ, 2013).

Para um empreendimento ser sustentável, deve conter em todas as ações e decisões, processos e produtos, a existência de ecoeficiência, produzir mais com menos, e ser menos agressivo possível aos recursos naturais. A natureza não age tão rapidamente na regeneração quando submetida a qualquer impacto, também não resiste o suficiente para sobreviver a eles. O uso excessivo dos recursos naturais afeta o equilíbrio do sistema ambiental e social refletindo na suspensão do sistema econômico, com a combinação de desempenho ambiental e econômico gera eficiência e menor impacto ambiental (ALMEIDA, 2002).

3.2 ENGENHARIA DA PAISAGEM

A qualidade de vida do homem começa a ser proporcionada através do planejamento paisagístico sendo da melhor forma possível ao adaptar plantas em diversas escalas, respeitando cada uma com suas características peculiares, o ambiente natural ou não – áreas verdes construídas pelo homem – tem o poder de proporcionar leveza, e qualidade de vida a ser humano (QUEIROZ, 2013).

A paisagem urbana ao ser concebida, tem como base uma composição espacial com valores e princípios filosóficos de uma sociedade no qual esta pertence, a paisagem deve

priorizar a evolução da sociedade com suas tranformações, e assim se renovar. Pode se interpretar paisagem como a combinação de elementos naturais e antrópicos, que em algum determinado tempo se formam um único conjunto formando um ecossistema (BONAMETTI, 2010).

Para Queiroz (2013), ao se fazer um projeto paisagístico, o paisagista consebe um projeto e realiza primeiramente um estudo preliminar de onde vai ser executado a intervenção, fazendo levantamento de dados do terreno, intendendo sua morfologia, observando e considerando a orientação solar, que o ajudará a escolher qual tipo de vejetação ira ser usada, e uma analise de solo predominante, e por fim um levantamento e espécies existentes.

Em um projeto deve utilizar elemento constutivos que previamente sejam coerentes com a finalidade e necessidade do projeto. Como por exenplo, a pavimentação de vias para veiculos e ciclovias devem ser previamente estudadas para conter o menor impacto ao meio ambiente. Para a pavimentação no interior de um Parque a mais indicada é a Pavimentação de pedra colocada à mão (Figura 06), forma utilizada em larga escala no Brasil e em outros paises, devido a sua porosidade e alta capacidade de infiltração, não necessita de galerias para o escoamento das água pluvial, (MASCARÓ, 2005).

Figura 6: Portal de entrada na Pedreira Paulo Leminski Curitiba – PR

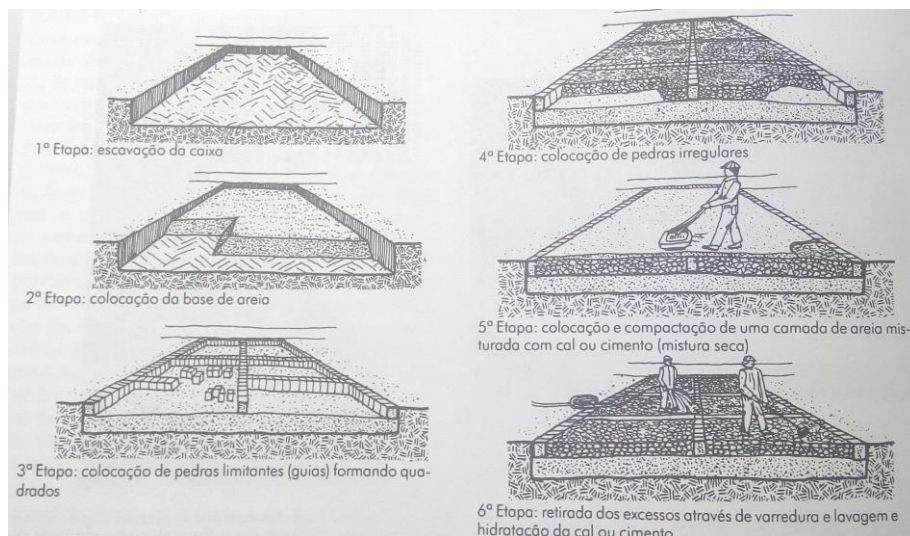


Fonte: Gazeta do Povo, 2014

Ainda segundo o autor citado assim, sua execução deve seguir algumas normas e padrões para que possa ser aterder de maneira satisfatória seus usuários e duradoura, porém se má executada e conservada diminui sua vida util, todo e qualquer tipo de pavimentação que se tem em áreas de circulação pública, primeiramente deve ser especificado para qual tipo de circulação – quais veiculos vão utilizar a via de rolamento e qual limite maximo de carga que

estes veículos possam transportar – vai ser beneficiada, a baixo na Figura 07 pode-se ver o procedimento adequado para a execução do tipo de pavimentação de pedra irregulares colocada à mão.

Figura 7: Esquema para colocação da pavimentação.



Fonte: MASCARÓ, 2005.

3.2.1 Mobiliários Urbanos

Mobiliário Urbano no que se diz respeito a pequenos mecanismos que estão instalados sobre as calçadas, com objetivos estéticos ou funcionais e ainda ambos ao mesmo tempo. Em casos de mais de um desse elemento junto – ocorre em monumentos – pode ser considerado como um importante ícone de referência para a história da cidade ou apenas um ponto de referência de um lugar. Podem ser definidos como: Elemento decorativo, Mobiliário de Lazer, Sinalização, Serviços ou de pequenos Comércio – quiosques, bancas de revistas. (TESSARINE, 2008).

Em resumo Mobiliário Urbano é um conjunto de elementos ou equipamentos dispostos em espaço público urbano, poder estar distribuídos individualmente ou em coletividade, se fazem necessários para ao âmbito do espaço público, cumprindo assim deferentes funções. Como por exemplo, lixeiras, luminárias, bicicletários, ponto de ônibus, floreiras, dentre outros tantos (SOUZA E GANDARA, 2013).

Esses elementos podem ter caráter dimensional diferentes, dependendo de seu uso podendo ser classificados como equipamentos de pequeno, médio e grande porte. Ao ser classificado como pequeno porte refere-se a equipamento com medidas inferior a um metro cúbico ou com características bem reduzidas em consideração aos demais elementos do ambiente, por exemplo: hidrantes, balizadores de trânsito, pequenas lixeiras, rampas de

acesso, bebedouros dentre outros. Os equipamentos de médio porte são aqueles com dimensão maior que um metro de altura ou pouca interferência ao meio ambiente, tais como: bancos vasos e jardineiras, mesas, placas de sinalização e outros mais. Assim os equipamentos de grande porte são aqueles que ultrapassam a altura de dois metros ou área maior que dois metros quadrados, estes cuja presença afeta o visual do meio ambiente sendo, os Pontos de ônibus, bancas de revistas, totens, outdoors, placas de publicidade e sinalização, poste de iluminação e tantos outros mais que fazer parte da paisagem urbana, (GUEDES, 2005).

4. CORRELATOS

Neste capítulo serão abordados correlatos que irão contribuir para a execução do projeto de Revitalização do Parque, fornecendo informações para agregar ainda mais valor ambiental, cultural e social para este projeto.

4.1 PARQUE DO POVO – TOLEDO – PARANÁ

O parque teve sua provação para construção no dia 13 de setembro de 2014, através de uma votação unânime pela Câmara Municipal de Toledo, com projeto de lei (PL) 125/2010. A princípio chamado de “parque da Perimetral” e posteriormente denominado de Parque do Povo ‘Luiz Cláudio Hoffmann’, como homenagem a sua conduta nas áreas sociais, comunitárias e contribuição para com o desenvolvimento do município de Toledo. O Parque (Figura 08) é constituído por uma área de 343 mil m² localizado na região norte na cidade no Jardim Planalto, nas margens da rodovia BR 467 que liga Toledo a Marechal Candido Rondon (TORRES, 2014).

Figura 8: Visão geral do Parque do Povo



Fonte: Tripadvisor / Cristian Diego, 2018

4.1.1 Aspecto Formal

O parque conta com espaços amplos e plenos com grama, um grande lago, conta também com três jardins no estilo Europeu, um deles é o jardim do Palácio de Versailles, na França (Figura 09). A pirâmide de grama no meio do lago foi construída com sua base na já existente em Cottbus na Alemanha. Já aponte dos amores faz um resgate na tradição romântica da Itália – onde os amadores prendiam cadeados com seus nomes e jogavam a

chave na água selando amor eterno um ao outro, (Figura 10). Sua forma orgânica adapta-se perfeitamente à topografia do local, aproveitando bem os espaços ao redor das nascentes e áreas de preservação permanente.

Figura 9: Vista dos Jardins



Fonte: Gazeta de Toledo, 2018

Figura 10: Vista da ponte e da Pirâmide



Fonte: Acervo pessoal, 2018

4.1.2 Aspecto Funcional

Local ideal para as crianças poderem brincar em meio a natureza, a existência de trilas para caminhada, estacionamentos, área para pratica de esportes, como aerodelismo, empinar pipa, conta também com pista para passeios de bicicleta, patins, dentre outros esportes.

Sua utilização tem por objetivo de ser um local para proporcionar eventos educacionais, sócio-cultural, recreativos, científicos religiosos e beneficentes, um coreto tipicamente brasileiro proporciona um espaço para manifestações públicas, apresentações culturais, além

de abrigo contra o sol ou chuva (Figura 11). Proporcionando assim um local apto ao descanso e de qualidade de vida a população.

Figura 11: Coreto locado na parte alta do parte



Fonte: Acervo pessoal, 2018

4.1.3 Aspecto Ambiental

A região onde se encontra o parque é uma área ocupada por mata nativa. Seus visitantes podem desfrutar de uma paisagem bela em meio a belezas naturais, como um bosque de Araucárias, árvore símbolo do estado, juntamente com uma porção de mata já existente no local, como o Jardim das Cerejeiras que tem o intuito de embelezar a paisagem e prestar uma homenagem à colônia japonesa no Brasil. Sua iluminação é toda em LED (Light Emitting Diode, em português Diodo Emissor de Luz), proporciona maior durabilidade e menos manutenção e consumo energia elétrica.

4.2 PARQUE SÃO LORENÇO – CURITIBA – PARANÁ

Inaugurado em 1972, com uma área de 203,918 m², está localizado na Rua Mateus Leme no bairro São Lourenço, o parque é banhado pelas águas do Rio Belém. Sua Criação de Deus após uma inundação em 1970 com o rompimento da represa São Lourenço então pertencente a fábrica de Adubos Boutin. O projeto se fez necessário para o armazenamento e a regulação das águas do Rio Belém que em períodos chuvosos se torna uma represa assim evitando possíveis alagamentos em seu percurso. Então aproveitando a área ao redor e uma antiga fábrica de cola desativada após a inundação, se reciclou o espaço dando um novo uso e integrando-o novamente a com a cidade, tornando assim do Parque São Lourenço (Figura 12)

uma importante área de lazer para a população (PORTAL PREFEITURA DE CURITIBA, 2018).

Figura 12: Vista área do Parque São Lourenço



Fonte: PORTAL PREFEITURA DE CURITIBA, 2018

4.2.1 Aspecto Formal

Sua forma adapta-se com a topografia do local, formando um lago para conter as águas do Rio Belém em enchentes. A forma orgânica em que se encontra as pistas de caminhada, ciclovias e pista de carrinho de rolimã, proporciona ao usuário uma nova descoberta a cada curva. Seus frequentadores podem desfrutar de áreas para contemplação à natureza (Figura 13), a tranquilidade e o silêncio prevalece no Parque em meio a agitação da cidade.

Figura 13: Mãe e Filha contemplam a natureza no Parque São Lourenço

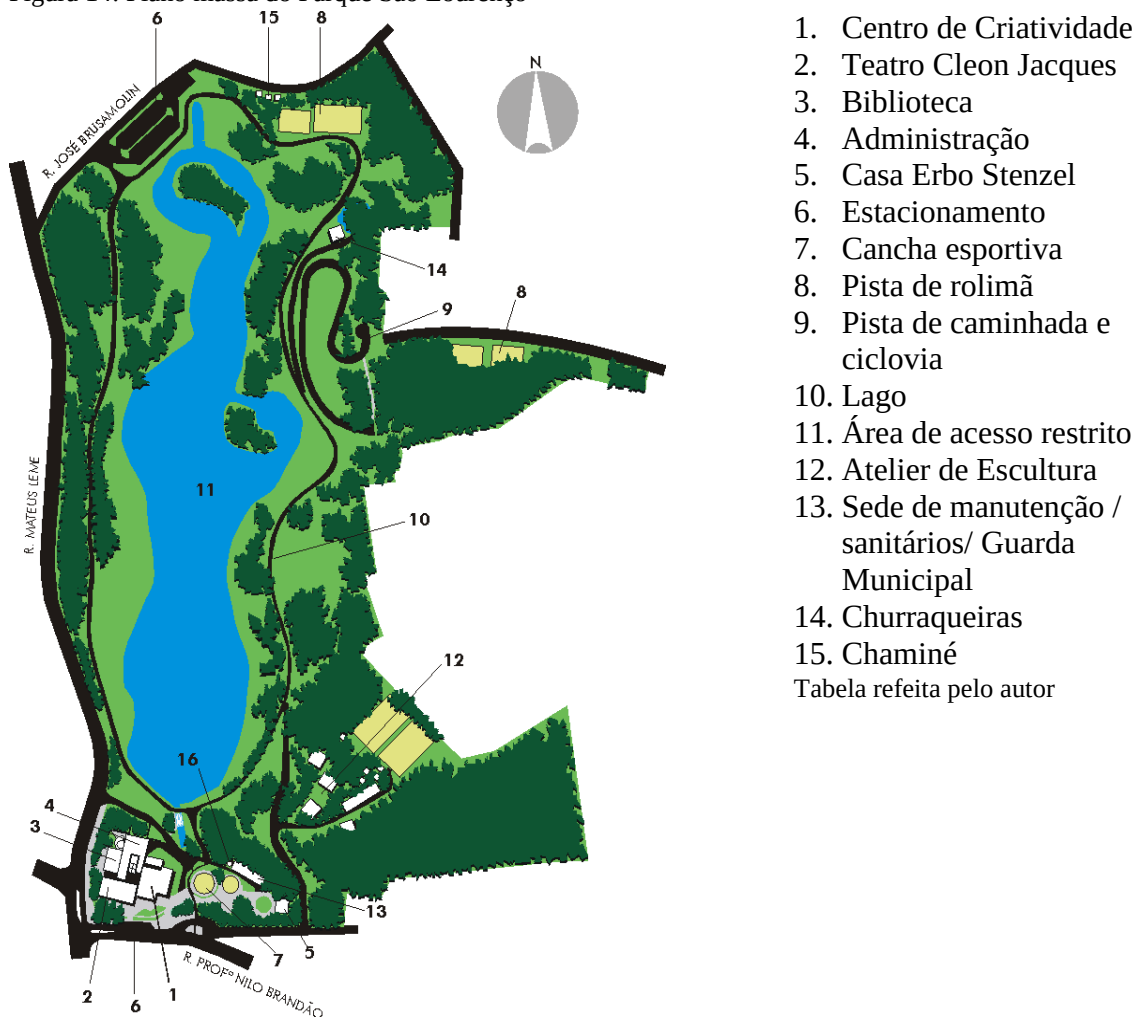


Fonte: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/o-que-fazer-no-parque-sao-lourenco/>>
André Rodrigues / Gazeta do Povo, 2017

4.2.2 Aspecto Funcional

São vários os atrativos que o parque fornece a população (Figura 14), quanto para seus animais de estimação, podendo ser feita caminhada com eles pelo parque – dê de que não ponha em risco as outras pessoas que ali estão. O parque conta ainda com pista para ciclismo interligada com vários pontos da cidade e outros parques como Parque Tanguá, contém uma pista de carinho de rolimã, churrasqueiras, estacionamento, sanitários, sede administrativa, canchas de futebol e vôlei, posto policial, teatro, Play-ground “Parquinho incluso” com brinquedos adaptados a portadores de necessidades especiais O centro de criatividade de Curitiba instalado na antiga fábrica de cola, fornece um espaço para exposições, auditório e algumas salas, máquinas e antigas ferramentas utilizadas na fábrica foram mantidas e transformadas em esculturas.

Figura 14: Plano massa do Parque São Lourenço



Fonte: PORTAL PREFEITURA DE CURITIBA, 2018

A Casa Erbo Stenzel (Figura 15) – Doada pela família Stenzel para a Prefeitura de Curitiba, casa que tem uma exposição permanente do artista e dono da casa Erbo Stenzel construída em 1928 no próprio bairro São Lourenço – porem recentemente um incêndio atingiu a casa em 14 de junho de 2017, posteriormente sendo demolida, uma grande perda para o patrimônio Arquitetônico, histórico e cultural da cidade.

Figura 15: Casa Erbo Stenzel, antes do incêndio



Fonte: <<http://www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/a-casa-a-que-todos-os-artistas-recorriam/>> Fred Kendi/Gazeta do Povo, 2015

4.2.3 Aspecto Ambiental

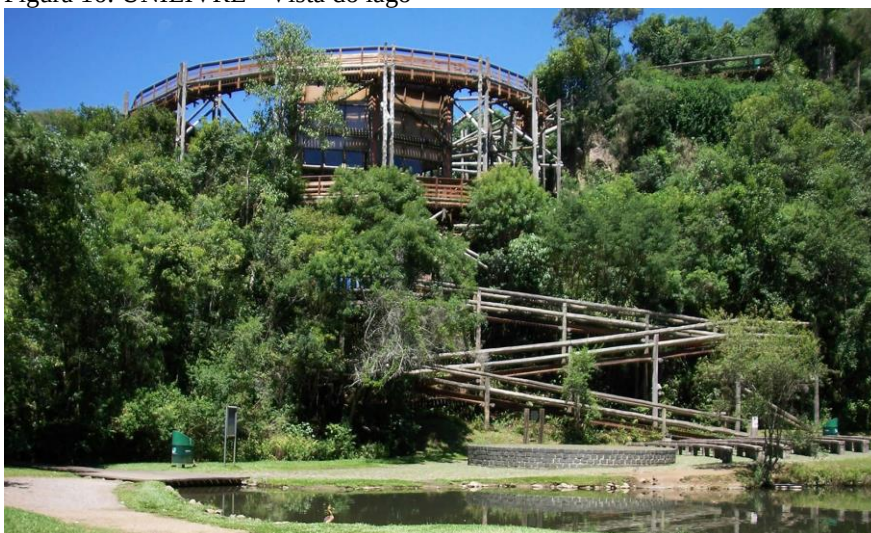
No seu interior pode ser encontrado uma Fauna e flora rica em diversidade, vários animais como: Preá, biguá, coleirinha, pica-pau, coruja, tico-tico, dentre outros. As plantas nativas da região se faz presente graças a mata preservada, pode-se encontrar Amoreira, araquá, extremosa, canela, pau-de-bugre, e outras tantas mais. O lago do Parque serve como uma represa para conter a inundação oriunda de fortes chuvas, a grande porção de área livre faz do parque um local de fácil acesso a natureza instigando a população ao cuidado e preservação do meio ambiente.

4.3 BOSQUE ZANINELLI “UNILIVRE” CURITIBA – PARANÁ

Bosque foi criado a partir de uma área regenerada naturalmente logo após o termino da exploração de granito dès de 1947, um grande paredão de pedra se forma juntamente com um lago, foi decretada parque municipal e de preservação em 1992. Em anexo ao parque existe a Universidade Livre do Meio Ambiente a UNILIVRE, que tem como atração em seus 874 m², projeto do arquiteto Domingos Bongestabs que emprega uma estrutura feita em troncos de

eucalipto tratados originados de áreas de reflorestamento, com altura de 15 metros explora seus limites com balanços de 3 metros na estrutura de sua rampa helicoidal, total integração da arquitetura com a natureza (Figura 16). O Parque detém de 37.000 m² de área e está localizado na Rua Victor Benato Nº210 no bairro Pilarzinho (UNILIVRE, 2018)

Figura 16: UNILIVRE - Vista do lago



Fonte: <<http://www.expressacom.com.br/sala-d-imprensa/unilivre-em-festa/>>, 2018.

4.3.1 Aspecto Formal

A Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) está encravada dentro no Bosque Zaninelli, a encosta dos barrancos de granito, sua arquitetura integra à natureza tornado sua edificação menos impactante possível na natureza, um espaço para fins educativos, transferindo conhecimento do meio ambiente e ecologia para toda a população, referência em estudos sobre preservação e sustentabilidade.

4.3.2 Aspecto Funcional

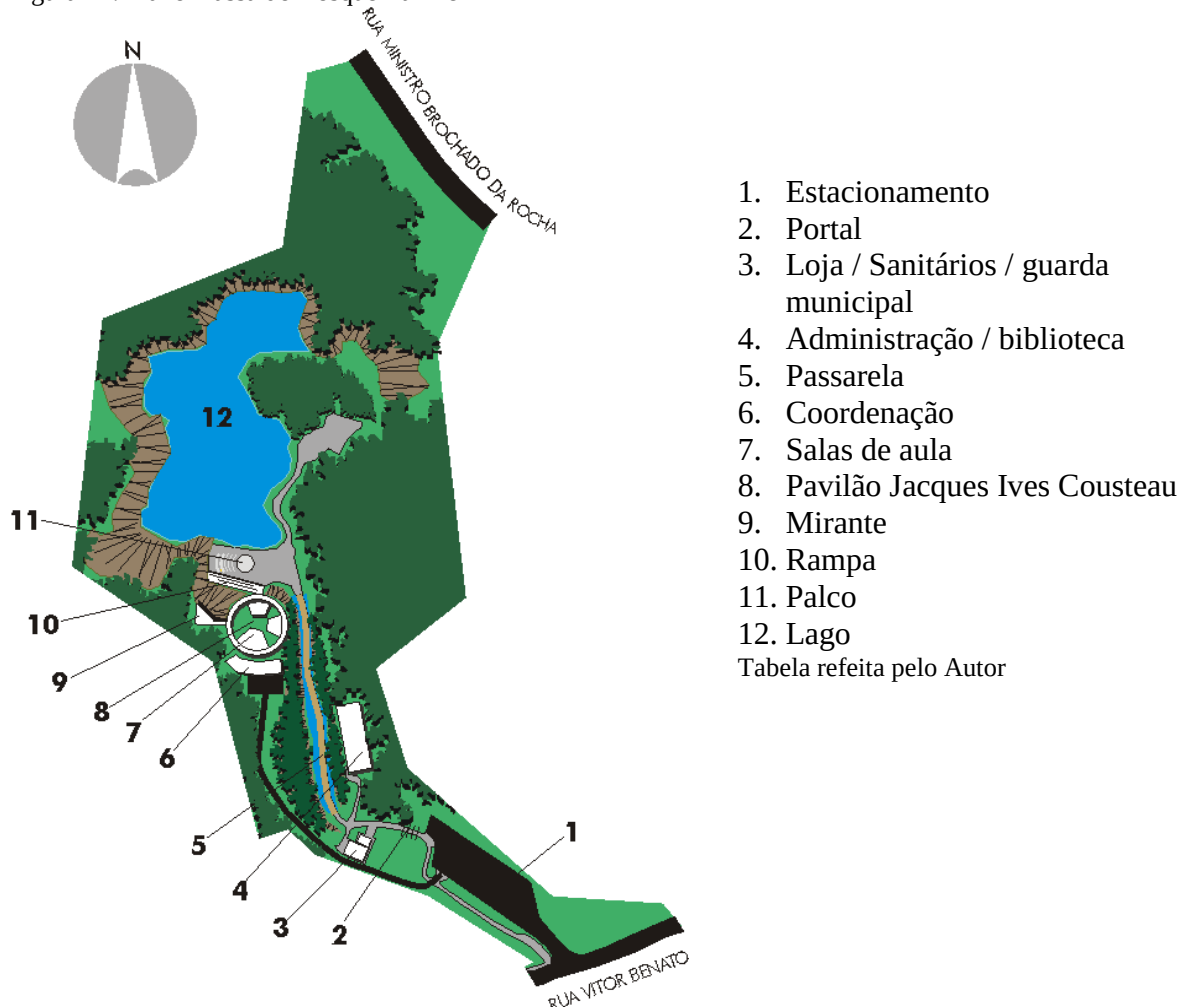
Com seu principal objetivo a Universidade passa a população conhecimento sobre o meio ambiente de maneira formal e informal, através de cursos, seminários exposições, conferências, pesquisas e diversos estudos ambientais, dentre outros serviços disponíveis.

Palco de eventos que promovem a cultura e sustentabilidade, com atividades diversas como: eco visitas no Bosque Zaninelli, tanto para adultos quanto crianças, conscientizando-os para a preservação do meio ambiente.

Conta com estacionamento no seu início e interior, lago, passarelas e trilhas em meio a mata nativa, suspenso por um piso de madeira, mirante e vários outros atrativos, o Bosque

(Figura 17) funciona diariamente atendendo a população em busca qualidade de vida das 8:00 às 18:00.

Figura 17: Plano massa do Bosque Zaninelli



Fonte: PORTAL PREFEITURA DE CURITIBA, 2018

4.3.3 Aspecto Ambiental

Uma importante área verde em meio a cidade, onde pode ser encontrada algumas espécies da flora como: Cafezeiro-do-mato, canela, pitangueiras e uma floresta de araucária – árvore símbolo do Paraná – a também algumas espécies de animais que podem ser encontrados como: Corujas, gambas, cobra d'água, cisne, sabia, joão-de-barro – o arquiteto da floresta – e tantas outras mais.

O Bosque Zaninelli juntamente com a Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE), faz com que Curitiba seja a primeira cidade do mundo a ter um espaço exclusivamente para manter estudos e repasse de conhecimento ambiental e ecológico a população educando e informando de maneira continua, sua estrutura toda feita em madeira

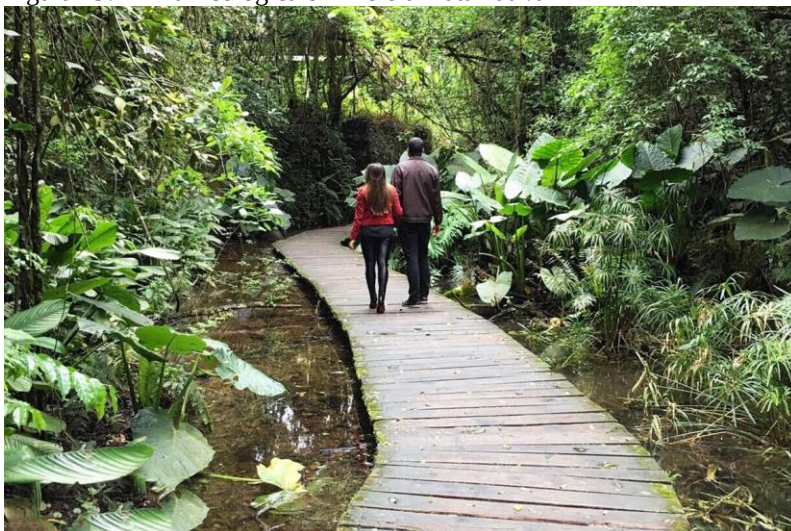
rustica e sustentável, e com suas remete as cores e formas de elementos da natureza – terra, fogo, água e ar – fazem parte do complexo um mirante de 25 metros de altura (Figura 18), um lago com cerca de 8 metros de profundidade e uma trilhas ecológicas suspensa com piso de madeira para proporcionar a seus visitantes belas descobertas em meio a mata (Figura 19).

Figura 18: Visão do Mirante



Fonte: WASHINGTON CESAR TAKEUCHI, 2014

Figura 19: Trilha Ecológica em meio a mata nativa



Fonte: PATRICIA LARROTHIERE, 2017

4.4 MILLENNIUM PARK – CHICAGO – EUA

Inaugurado em 2005, Millennium Park (Figura 20) homenagear a cidade de Chicago que tem como princípio de contribuir para com o desenvolvimento da arquitetura e a paisagem urbana com uma linha moderna em seus estilos. Localizado entre as avenidas Michigan, Columbus Drive e Randolph e Monroe, ocupa uma área de dez hectares correspondente a 100.000 mil metros quadrados. Idealizado em 1996 pelo então prefeito

Richard Deley, com a proposta de ser criar um grande parque bem no centro de Chicago, onde anteriormente funcionava o antigo Terminal Ferroviário, o projeto ficou a cargo dos arquitetos Skidmore, Owings, and Merrill (SOM) que tinham a primícia transformar uma área antes inutilizada em uma área verde para a população (BUSCA, 2014).

Figura 20: Vista aérea do Parque



Fonte: <<https://www.dicasnewyork.com.br/2016/10/millennium-park-em-chicago.html>>. Acessado em 09 de maio de 2018

4.4.1 Aspecto Formal

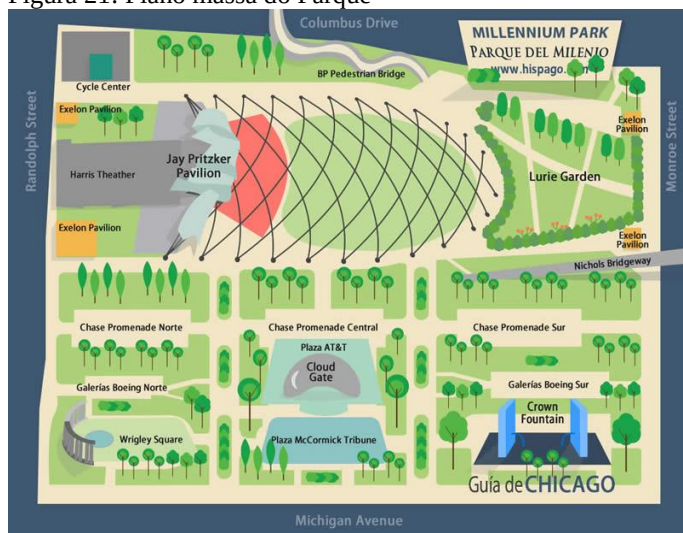
O parque presa pelo verde do gramado, presente em grande quantidade em toda sua extensão, com linhas predominantes retas propicia que a população e seus visitantes tenha fácil e rápido acesso a todas as atrações existentes no seu interior. O projeto foi levado em consideração o pedido da população, que necessitava de uma área destinada a exposição de arte, seus objetivos foram alcançados e ampliados, instalando nele novos atrativos, e intervenções artísticas entre um jardim e outro, tomou assim um dos mais importantes pontos turísticos de Chicago (GAETE, 2014).

4.4.2 Aspectos Funcional

São inúmeras as atrações que pode ser encontrada no parque (Figura 21) , setores muito bem distribuídos por todo perímetro, conta com um teatro a céu aberto – *Jay Pritzker Pavilion* – onde é comum no verão apresentações artísticas, musicais, reprodução de filmes, sendo em sua maioria de forma gratuita, o feijão – *Cloud Gate* – obra com cerca de 20 metros de altura e 10 metros de largura que reflete a cidade sobre sua superfície, obras de arte gigantes, pista de patinação que funciona no inverno – palco do filme “Casa do Lago” com Sandra Bullock – , a *Crown Fountain* (Figura 22), fonte d’água projetada por Jaume Plensa,

são duas torres de 15 metros de altura feita com tijolos de vidro, grandes telas de LED posicionada atrás mostra mais de 1.000 mil diferentes imagem dentre elas rostos de moradores da cidade, no verão a fonte é utilizada pelos moradores para se refrescarem.

Figura 21: Plano massa do Parque



Fonte: <<https://www.dicasnewyork.com.br/2016/10/millennium-park-em-chicago.html>>. Acessado em 09 de maio de 2018

Figura 22: Fonte d'água - *Crown Fountain*



Fonte: <https://www.archdaily.com/109201/the-crown-fountain-krueck-sextton-architects/site-aerial_cesar-russ>. Acessado em 09 de maio de 2018

A água jorra de duas, formas sobre a torre pela parte superior formando uma cascata como uma chuva, e pela boca dos rostos que aparecem em forma de um jato d'água, quando no chão a água forma um pequeno espelho d'água, onde as crianças e adultos se divertem, aproveitando os dias de calos da melhor maneira, que posteriormente toda a água que está sobre este piso é drenado por meio de declividade e tubulações instaladas a baixo do piso,

assim é direcionada para uma bomba de recalque que por sua vez retorna a torre iniciando um novo ciclo (Figura 23).

Figura 23: Jatos d'água jorrados pela Torre



Fonte: RICK GERHARTER

4.4.3 Aspectos Ambiental

A implantação do parque proporcionou a população acesso a natureza, a espaços verdes livre, apresenta em seu interior o *Lurie Garden* (Figura 24), área natural projetada por Gustafson Guthrie Nichol Ltd e Piet Oudolf, com uma área de 3,5 hectares que faz uma homenagem a cidade, que se diz respeito a transformação de uma área pantanosa para uma cidade ousada e poderosa “*Urbis in Horto*”.

Figura 24: espaço verde



Fonte: LUCY WANG Y ASLA, 2018

5. DIRETRIZES PROJETAIS

Neste capítulo, serão apresentadas propostas projetais com base nos correlatos elencados no capítulo anterior, onde foi levantada inúmeras questões e propostas projetais a serem analisadas, posteriormente serviram para nortear o projeto prático, com objetivo de proporcionar a população uma área de lazer apta ao uso nas mais diversas situações, que por hora está debilitada e má conservada. Será descrita uma breve contextualização em forma de análise do cenário atual encontrado no local e pesquisa bibliográfica da história da cidade e do parque.

5.1 O MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND

O município possui uma população estima em cerca de 33.025 habitantes, segundo o último censo realizado em 2010, com uma área territorial de 969,587 Km² e densidade demográfica de 34,06 habitantes por metro quadrado (hab/km²). Está distante da capital do estado Curitiba à 608 km e 1.150 km da capital federal Brasília, o aeroporto mais próximo está localizado na cidade de Toledo à aproximadamente 40 km de distância. Curiosidades do município de Assis onde já teve mais de 100 mil habitantes em meados de 1667, e também que já foi o maior produtor de óleo de hortelã do Brasil (PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, 2018).

5.1.1 Aspectos físicos e climáticos

O clima é tipicamente subtropical, estiagem ocorrem nos meses de novembro e dezembro, uma queda na temperatura nos meses de junho a agosto, ocorrendo riscos de geadas em partes do município, as temperaturas oscilantes de 2° no inverno a 30° graus no verão em média, com um dos solos mais férteis do Paraná, composto por em sua maioria de basalto – o melhor do mundo – que se originou a terra roxa, com uma topografia de até 70% plano 25% inclinado e até 5% montanhoso. Os índices pluviométricos variam de 1.250 a 1.500 mm em média anual (PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, 2018).

5.1.2 Localização do município

O município de Assis Chateaubriand está localizado na Mesorregião do Oeste do estado do Paraná (Figura 25), pertencente a microrregião de Toledo, no entroncamento de três rodovias principais que liga a cidade as outras regiões do estado, a PR-486 saída para Umuarama, PR-364 para Guairá, PR-239 para Toledo. Está localizada a 440 metros de

altitude em relação ao nível do mar, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude 24° 25' 00" Sul, Longitude: 53° 31' 20" Oeste (IPARDES, 2017).

Figura 25: Mapa de localização do município



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu - Image: Parana MesoMicroMunicip.svg, own work, CC BY 2.5, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1361574>

5.1.3 História do município

No ano de 1958 quando a então colonizadora do Norte do Paraná começou a explorar a região do Vale do Piquiri, o pequeno povoado que pertencia ao município de Guaíra, passa a pertencer a Toledo e denominado de “Distrito Tupãssi”, em Tupi guarani – Mãe de Deus. Com a chegada dos pioneiros desbravando os sertões, o Distrito cresceu e se desmembrou de Toledo e através da Lei nº 5.389 foi criado então o Município de Assis Chateaubriand (Figura 26), uma homenagem ao jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, no qual esteve dia 20 de agosto de 1966 data da emancipação, na época com aproximadamente 80 mil habitantes (PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, 2018).

Figura 26: A cidade de Assis Chateaubriand 1963 (data estimada)



Fonte: @assisfatosefotos, 2018

5.2 O PARQUE MUNICIPAL

O Parque Municipal São Francisco de Assis, conhecido mais popularmente como Horto Municipal (Figura 27), esta localizando ao Noroeste do Plano Piloto da cidade na gleba 05-C – Colônia Peruíbe, fundo de vale do Córrego Baiano, seu acesso se faz pela Rua do Bosque, com as coordenadas 24° 24'11" latitude sul e 53° 31'35" longitude oeste, sua composição é se faz por uma área de mata nativa de 496,100 metros quadrados correspondente a 49,61 Hectares ou 20,50 Alqueires paulistas área pertencente ao Parque, mas que em sua totalidade de área pública de preservação permanente chega a 698.988,59 m² (SANTOS, 2016).

Figura 27: Vista geral aérea do Parque



Fonte: Google Earth, 2017

O parque foi adquirido pelo então prefeito da época Osvaldo Laghi (1983 – 1988), que perdoou dívidas de IPTU da colonizadora em troca de 20 alqueires, onde é hoje o Horto Municipal. E entrevista para revista de comemoração aos 50 anos do município Nelson Boiago relata que: “Quantas cidades gostariam de ter o que nós temos... um tesouro com valor incalculável. Tudo poderia ser melhor se nos anos 70 e 80 as leis ambientais fossem mais exigentes. Se isso tivesse ocorrido, o tesouro poderia ser muito maior hoje”. Este local era de pouco interesse pela então Colonizadora Norte do Paraná S/A, logo após documentado começou os investimentos, a construção dos dois primeiros lagos. Anos mais tarde na gestão do prefeito Victor Pestana (1997 – 2000) e com ajuda de recursos federais conseguidos pelo

Deputado Moacir Micheletto, foram construídos o grande lago e o Centro Ambiental Dionísio Binatti (Figura 28), (SANTOS, 2016).

Figura 28: Centro Ambiental Dionísio Binatti



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

5.2.1 Características do Parque

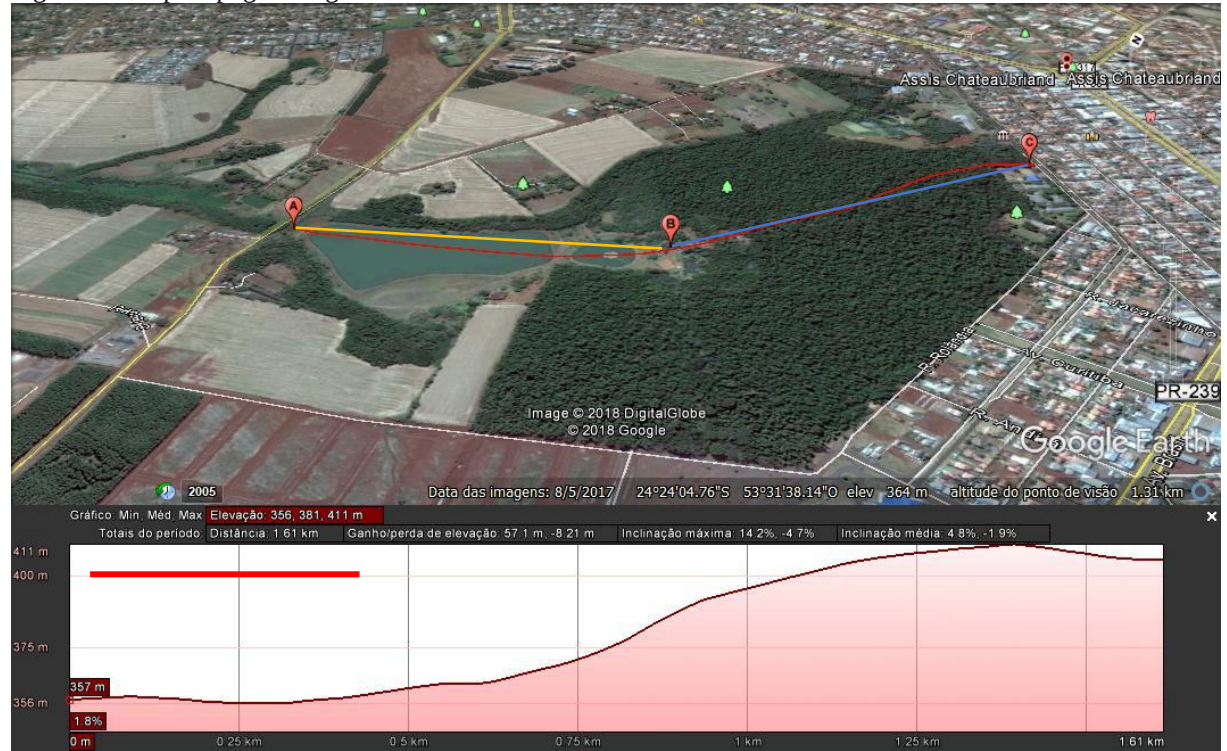
O Parque tem característica das florestas estacional semi-decidual, subtropical úmido com verões quentes, nesta porção pode ser encontrado pequenas áreas com matrizes de espécies nativas como: peroba, cedro, ipê (roxo, amarelo, branco), que possibilitou a reconstrução do ambiente que foram sendo retiradas por meio de cortes e queimadas, para a expansão do município sem muita rigidez das autoridades.

Referente a área de intervenção, que se encontra em uma macrozona de Preservação Ambiental correspondente as áreas situadas próxima as nascentes do Córrego Baiano, sendo parte ocupada pelo Parque Municipal São Francisco de Assis (Horto Florestal Municipal) é com mata nativa de preservação permanente. Esta macrozona tem como objetivo orientar as polícias no sentido de: Proibir nessas áreas o parcelamento do solo e a edificação para fins urbanos; garantir a preservação da mata nativa; incentivar o uso para parques ecológicos e turismo, lazer e recreação (ASSIS CHATEAUBRIAND, 2007).

Sua topografia tem característica de fundo de vale, em formato de “V”, com uma inclinação máxima de 14,2% e uma elevação aproximadamente de 57 metro de uma extremidade a outra (A-C), cerca de 1.610 metros (Figura 29), a onde se encontra a maior área descampada a topografia é relativamente plana com pouco desnível em torno de 16 metros numa distância de 750 metros do ponto mais baixo (A) até o ponto médio (B) (Figura 30), nos

restantes 850 metros sofrem um desnível de cerca 41 metros até o ponto mais alto (C) do terreno (Figura 31).

Figura 29: Mapa topográfico geral



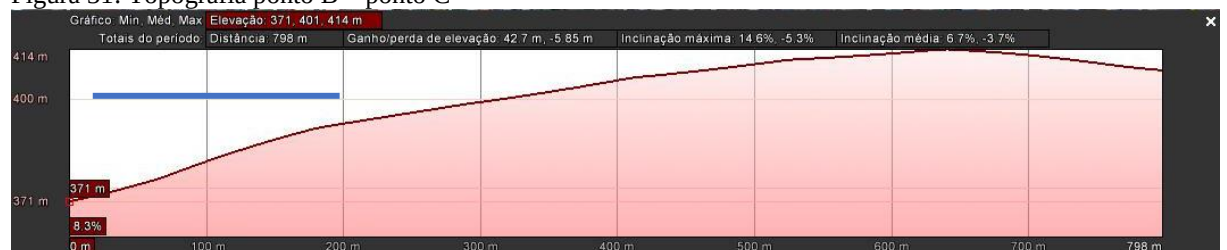
Fonte: Google Earth, 2017

Figura 30: Topografia ponto A – ponto B



Fonte: Google Earth, 2017

Figura 31: Topografia ponto B – ponto C



Fonte: Google Earth, 2017

5.2.2 Cenário atual

Atualmente o Parque se encontra com diversas carências, tanto em questões de estéticas, de segurança, de manutenção e de atrativos para a população poder assim usufruir da melhor maneira possível, está área e uma das poucas existentes na região que permite a população e visitantes se reunirem em momentos de confraternização – utilizando os quiosques – sem cobrar nada, um espaço inteiramente de graça, com água potável, energia elétrica, churrasqueira, mesas e bancos (Figura 32), porém necessitam de melhorias para continuar propiciando estes momentos únicos.

Figura 32: Quiosques utilizados pela população



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

A trilha da Princesa (Figura 33), um caminho em meio a mata fechada que tem seu início logo na entrada do parque conduzindo-o até seu interior, muito utilizada em passeios ciclísticos, caminhada e ações envolvendo questões ambientais e de saúde da população, todavia não tem si quer o mínimo de acessibilidade e conforto para o trajeto.

Figura 33: Trilha da Princesa no seu início



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

O Portal de entrada (Figura 34) – o único acesso para o interior do parque – não passa uma boa impressão para do que vai encontrar por diante, não chama à atenção de quem passa por ali, convidando-o para entrar, como se diz no velho ditado “a primeira impressão é a que fica”, essa é a impressão que se dá, um lugar sem muito o que oferecer.

Figura 34: Portal de entrada



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

A Via local no interior do Parque para transito de veículos (Figura 35), não contém calçamento adequado, em períodos de chuva se forma poças d`água e barro, em época de seca muita poeira, nesses casos faz com que diminua sua utilização.

Figura 35: Via local em dia de seca



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

O Córrego Nashi nasce no interior do Parque (Figura 36), um dos responsáveis pelo abastecimento dos dois principais lagos existentes e muito utilizado pelas crianças e adultos para banho se refrescando do calor, para muitos o único local que se tem acesso à natureza in natura, porém não é um local apropriado para tal pratica, contendo muito barro, pedras que pode machucar ao escorregar.

Figura 36: Córrego Nashi, sofre com o asorramento



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

Um dos problemas que a população enfrenta ou frequenta ao frequentar o Parque é a pouca capacidade de drenagem que tem o solo, as águas que escoam por consequência de minas existente em várias localidades e também a que se acumula sobre o solo (Figura 37), são ocasionadas por longos períodos de chuva, o acumulo de água impede algumas a população e praticar algumas atividades, que de simplesmente estacionar seus veículos.

Figura 37: Locais de acumulo e escoamento de água



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

Por falta de uma manutenção preventiva, ocasiona a existência de pontos com início de erosão, em áreas sem qualquer cobertura da terra – grama – que propicia que a água esco

com mais velocidade deixando o solo frágil e com condições favoráveis a ser degradado por tal intempérie (Figura 38).

Figura 38: Início de erosão - área sem cobertura



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

O seu entorno não possui algumas das infraestruturas urbana adequada para o uso da população como a prática de caminhada com segurança, a inexistência de calçadas em sua maior parte e também a carência de uma pavimentação apropriada das ruas de seu entorno, desvalorizado assim a área, não incentiva população a investir e usufruir desta localidade (Figura 39).

Figura 39: Imagem do entorno Rua Rolândia

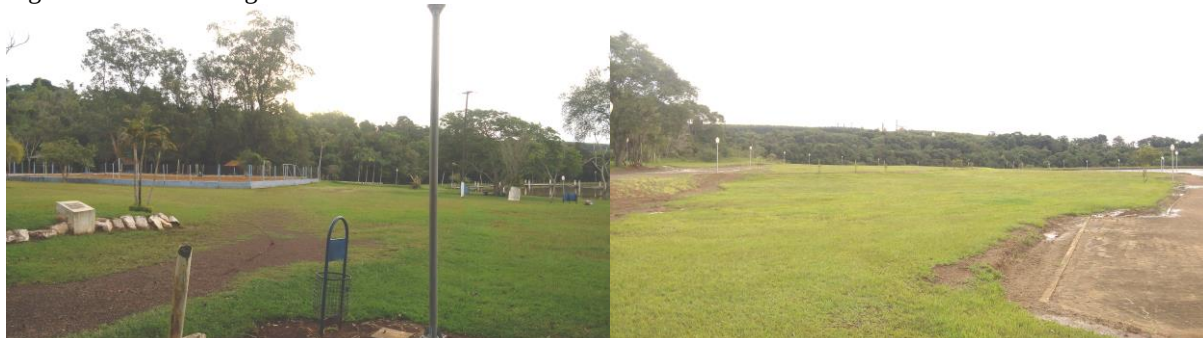


Fonte: Acervo Pessoal, 2018

O Parque conta com grandes áreas descampadas, apenas com a existência de gramado (Figura 40), locais com pouca utilização devido à falta de arborização e equipamentos como: bancos, redários, dentre outros e a incidência de sol na maior parte do tempo obriga o usuário do Parque procurar uma área mais sombreada e com conforto para a permanência, estas que

poderia conter algum atrativo, que propiciasse seu uso com mais frequência e conforto a população.

Figura 40: Áreas com grama



Fonte: Acervo Pessoal, 2018

5.2.3 Estudos de impacto de vizinhança (EIV)

O Estudo de Impacto de Vizinhança faz parte do instrumento da política urbana municipal, com respaldo do Estatuto das Cidades, segue a Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001, este possibilita fazer uma avaliação previa das consequências da instalação de um empreendimento público ou privado em suas áreas próximas, podendo garantir a possibilidade de diminuir os impactos negativos e favorecer os pontos positivos de sua implantação em benefício coletivo para a população (SCHVARSBERG; MARTINS; CAVALCANTI, 2016).

A importância do Parque Urbano é que desempenhe sua principal função, acolher com uma boa qualidade todos seus usuários, para que este espaço permaneça apto a utilização com qualidade, se faz necessário uma revitalização, para adequar e suportar o aumento da população decorrente de empreendimentos com grande e médio porte, que estão por ser implantados no município e que requer uma grande demanda de mão de obra.

Assim já se precavendo para futuros impasses, e se adequando com antecedência para evitar um enfraquecimento na disponibilidade das áreas públicas em atender de maneira eficiente a população, para fins recreativos, esportivo, educacional e bem-estar.

Adequação deve ser feita em várias localidades distintas no município, em questões de adensamento populacional, valorização imobiliária, até a qualidade da paisagem urbana e cultural da cidade, dentre outros itens que já analisados e listados no levantamento dos pontos favoráveis e desfavoráveis a execução desta revitalização do Parque Municipal São Francisco de Assis, várias são as atividades do município a ser beneficiada com esta revitalização, segue

nas Apêndices A e B os itens analisados e alguns mapas explicativos deste Estudo de Impacto de Vizinhança, realizado pelo autor.

Obtendo assim a viabilidade desta Revitalização, com cunho de preservar a natureza e seus recursos naturais, melhorar a qualidade de vida, melhor equipar a cidade com equipamentos urbanos e de uso público, coletivo e individual, instigar os donos de terrenos vazios à construção de residências seja elas familiares ou coletivas, como as *kitnets* assim denominadas as casas de pequeno porte, geralmente várias em um único terreno sobrepostas ou não.

Posteriormente aumentando o uso e ocupação do solo que por ventura venha a necessitar de um melhor serviço públicos fornecidos a população e assim também agregando valor aos imóveis vizinhos seja ao redor do Parque ou em todo o município.

A preocupação com a saúde pública e bem-estar populacional, promove um ambiente propício ao crescimento do município, seja em área urbana ou em população, demandando de maior investimento nas áreas de transporte público e melhoramento as vias urbanas.

Pesando a ventilação e iluminação a revitalização deve proporcionar a melhor solução possível para que não afete a permanência do usuário em seu interior, e também preservando a paisagem urbana existente, de modo a não destruição de bens com caráter e valor cultural e natural ao município e a população.

5.2.4 Lei

Um importante fragmento isolado e preservado com respaldo na Lei municipal 1.658/2001, que dispõe sobre a criação do Parque Municipal São Francisco de Assis e dá outras providências.

Segundo a Lei 9.985/2000 descrito no Capítulo III que diz respeito a categorias de unidades de conservação Art. 11, diz que: O Parque Nacional ou municipal tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000)

5.4 INTENÇÕES PROJETUAIS

Boa parte da estrutura existente no interior se encontra em má qualidade inviabilizando seu restauro, como é o caso dos quiosques, alguns estão se deteriorando com o tempo, devido

à falta de manutenção do mesmo, e a também áreas que não são usadas devido à falta de infraestrutura e atrativos para a população.

Desta forma a principal intenção da revitalização do Parque Municipal São Francisco de Assis, é de proporcionar a população e seus visitantes uma área verde de recreação, com melhor infraestrutura, acessibilidade, atrativos, segurança, desta forma criando novos espaços para fins específicos e multiuso.

Serão readequadas algumas das infraestruturas já existentes proporcionando melhor utilização da mesma, e integrando-as com o restante do Parque, e atendendo maior número de pessoas, com qualidade e melhorando o visual estético, formulando então um amplo programa de necessidade.

5.4.1 Programa de necessidade

Com base nas diretrizes projetais dos correlatos abordados no capítulo anterior, que ajudaram a formular um programa de necessidades com pré-requisitos que um Parque deve atender, tais como: fornece qualidade de vida a população, bem-estar da saúde e proteção do meio ambiente. Segue abaixo o novo programa de necessidades para o Parque Municipal.

O acesso existente será melhorado com a criação de um estacionamento, como no exemplo no Parque São Lourenço, e a criação de um novo acesso para veículos e pedestre do lado oposto, e um terceiro acesso apenas para pedestres, visando atender com mais facilidade outras regiões da cidade (Figura 41).

Figura 41: Mapa de novos acessos



Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor, 2018

A implantação de novos quiosques onde não existe para confraternizações atendendo com acessibilidade e qualidade as pessoas que vão usufruir deste local, algo que acontece com muita frequência nos finais de semana. O desassoreamento do Córrego Nashi, e contenção de suas margens com a utilização de gabiões, isso faz necessário para manter córrego vivo, outro motivo a ser levado em conta é que este também é utilizado pelas crianças para tomar banho, devido sua profundidade estar em torno de 15 cm, os pais levam seus filhos para brincarem dentro dele, permitindo que as crianças tenham total contato com a natureza.

As quadras esportivas serão ampliadas obtendo mais espaço para a pratica de esportes assim como no Millennium Park onde ocorrem várias atividades esportivas ou de outros gêneros simultâneas, já quadra de areia existente será readequada para ampliar seu uso.

As calçadas ao redor do parque serão implantadas assim como a pavimentação asfáltica inexistente, juntamente com a calçada uma ciclovia ligará as entradas do parque. A trilha existente será ampliada, propondo novos caminhos em meio a mata nativa, e sempre tendo como prioridade a acessibilidade destes locais a todas as pessoas como ocorre na UNILIVRE.

A integração do Centro Ambiental com o parque, se faz a partir da implantação de novos atrativos e espaço próximos a ele, com a intenção de utilizar este espaço existente mais vezes, como foi o caso da 5ª Caminhada Ecológica da Terceira Idade, ocorrido no dia 25 de abril de 2018, que teve como objetivo o incentivo a prática de caminhada e atividade esportiva e conscientização a preservação ambiental, após a palestra realizada no local, podemos observar que as atividades com os participantes realizada em local inapropriado, na via em frente ao Centro Ambiental onde não existe calçamento (Figura 42) , a intenção é criar uma área de atividades múltiplas nas proximidades, que proporcionem maior conforto a tais práticas.

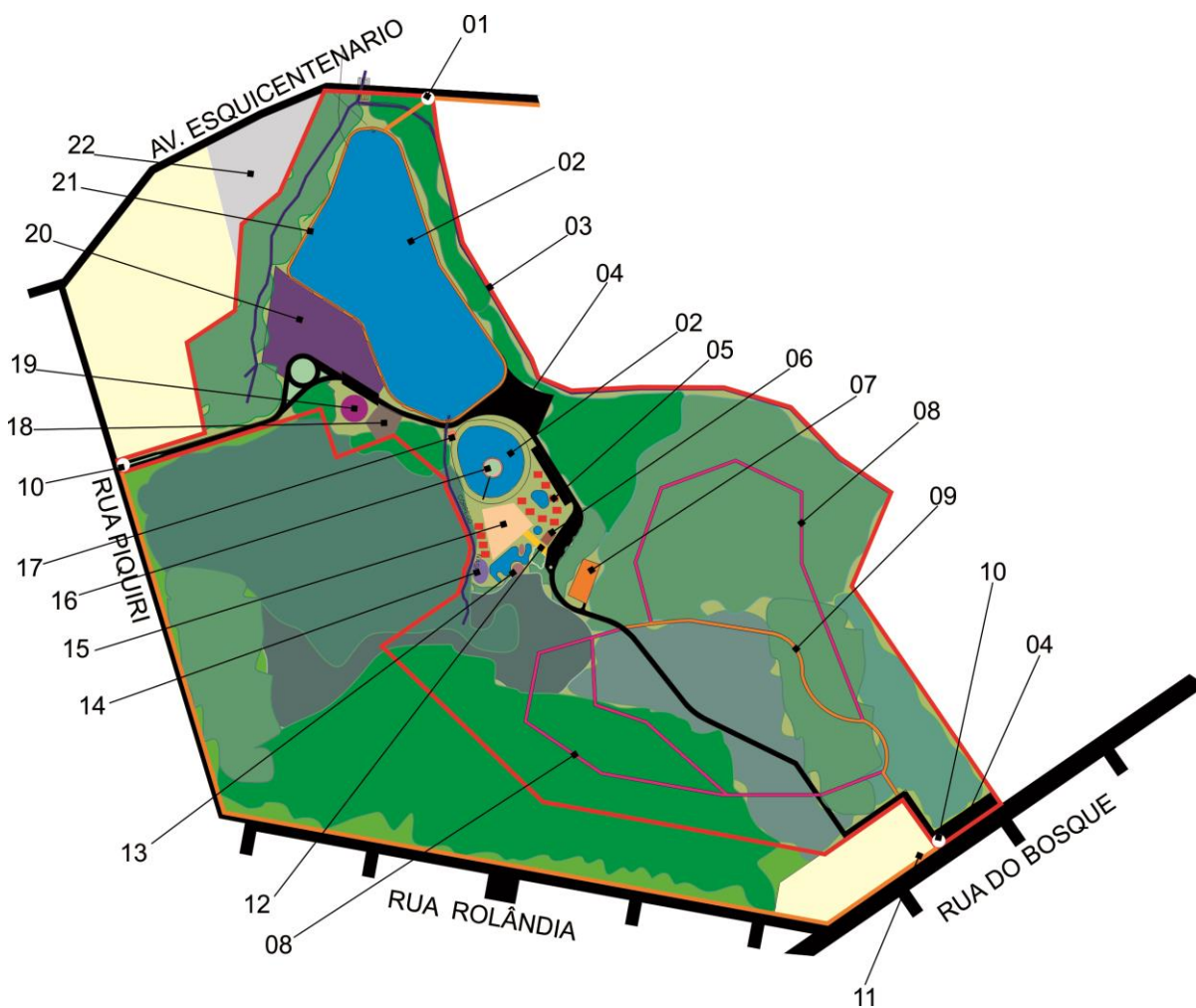
Figura 42: Área onde foi realizada atividades



Fonte: Prefeitura de Assis Chateaubriand, 2018

A implantação de um mirante, remetendo a estrutura da UNILIVRE, e ao próprio Centro Ambiental existente, feitos em toras de eucalipto tratado oriundo de reflorestamento, terá como intuito de proporcionar ao visitante uma vista panorâmica de todo o Parque.

5.4.2 Plano massa



- 01-Acesso para pedestres
- 02-Lago
- 03-Limite do Parque
- 04-Estacionamento
- 05-Quiosques
- 06-Snitários
- 07-Assistencia técnica ao Parque
- 08-Trincha nova
- 09-Trilha existente
- 10-Acesso múltiplo
- 11-Ciclovía
- 12-Bicicletário
- 13-Redario
- 14-Playground
- 15-Área de esportes
- 16-Ilha com pérgola
- 17-Mirante

- 18-Área contemplação
 - 19-Centro Ambiental
 - 20-Área de Atividades múltiplas
 - 21-Pista de caminhada
 - 22-Viveiro de mudas
- Tabela feita pelo Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como base fundamento em pesquisas bibliográficas que deste modo contribuíram a compreender o quão importante são os Parques para a população e as cidades, e que essas áreas são indispensáveis no cotidiano.

O poder de proporcionar bem-estar a vida da população está relacionada diretamente com a qualidade das áreas verdes existentes, estas que estão devidamente qualificadas para o uso contínuo, estabelece um vínculo social e econômico entre as pessoas, que estão ali para descansar depois de um dia de trabalho, passear com os filhos em meio a natureza ou mesmo para aqueles que estão ali apenas para contempla-la.

Na falta de qualidade, a revitalização é o caminho para o enriquecimento do ambiente, com âmbito não apenas para o bem-estar da população, mas também para a preservação dos recursos naturais existentes, e assim promover um entrosamento entre ser humano e meio ambiente, ambos caminhando no mesmo sentido, em busca da qualidade de vida e ambiental – mantendo vivo os ecossistemas para as gerações futuras – que tanto se busca nos dias de hoje, utilizando de alternativas mais eficientes e menos agressiva a natureza.

Em análise dos diversos fatores, que e estão relacionados a proposta auxiliaram a chegar em soluções para o presente problema da pesquisa, sendo possível assim desenvolver a proposta de Parque Municipal São Francisco de Assis. Este por consequência proporcionará a seus frequentadores melhores condições de bem-estar, acolhimento e ecológica, dentre outros benefícios oriundos da preservação e do cuidado com esta área verde do município, que é considerada como o pulmão da cidade.

Sendo assim o trabalho foi composto por diversas etapas. Iniciando com uma problematização da atual situação, o desenvolvimento, pesquisa bibliográfica sobre o assunto, que norteou este trabalho, no qual está em evolução e que terá como produto final a revitalização do Parque Municipal São Francisco de Assis localizado na cidade de Assis Chateaubriand – Paraná.

REFERÊNCIAS:

ABBUD, Benedito. **Criando paisagem: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006

ALMEIDA, Fernando. **O bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002.

ASSIS CHATEAUBRIAND. **Lei complementar Nº009**, de 17 de maio de 2007. Cria o Plano Diretor de Assis Chateaubriand, de que trata no Art.60 - 61 das Macrozonas de Preservação Ambiental. Assis Chateaubriand, Paraná: 17/05/2007.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução do Conama: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, MMA, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.519**, de 13 de dezembro de 2002. Regulamenta o art. 225, da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Planalto, Presidência da República Casa Civil. 13 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acessado em: 10. maio. 2018

BUSCA, Marco. **Chicago: Millenium Park**. 2014 Disponível em: <<https://www.arquiteturayempresa.es/noticia/chicago-millenium-park>>. Acesso em: 09. maio. 2018.

CHACEL, Fernando Magalhães. Paisagismo e ecogênese. Rio de Janeiro, Fraiha, 2001

COHEN, Ilka Stern. **Planejamento e Desenho da Paisagem**. São Paulo, C4, 2010

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde: jardins de Burle Marx**. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2009.

FEIBER, S. D. **Área verdes urbanas imagem e uso - o caso do Passeio Público de Curitiba – PR**. R. RA´E GA, Curitiba, n. 8, p. 93-105, Editora UFPR, 2004.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

GAETE, Constanza Martínez. **Vídeo: A história do Parque Millenium de Chicago em 3 minutos**. 11 Outubro 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/734260/video-a-historia-do-parque-millenium-de-chicago-em-3-minutos>>. Acesso em: 09 maio 2018.

GUEDES, João Batista. **Design no urbano: metodologia de análise visual de equipamentos no meio urbano**. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Assis Chateaubriand**. Outubro, 2017. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85935>>. Acessado em: 04. maio. 2018.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. **A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades**. Revista Formação, n.13, p. 139 -165. 2006.

LIRA FILHO, José Augusto de. **Paisagismo: princípios básicos**. Viçosa: Aprenda Facil Editora, v.1, 2001.

_____, **Paisagismo: Elementos composição e estética**. Viçosa: Aprenda Facil Editora, v.2, 2002

LOBADA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D.; **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, uso e funções**. Ambiência. Guarapuava, v.1 n1, p.125-139, 2005.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F.G. **Parques Urbanos No Brasil**. Editora da universidade de São Paulo: imprensa oficial do estado de São Paulo. São Paulo 2003.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

MARX, Roberto Burle. Depoimento. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MASCARÓ, J. L. **Loteamentos urbanos**. 2ª ed, Porto Alegre, Maisquatro Editora, 2005.

MASCARÓ, L. **Vegetação Urbana**. 2ª Edição, Porto Alegre, Maisquatro Editora, 2005.

_____, **Arte e Paisagismo**. São Paulo, Studio Nobel, 2004

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico – prática. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

POTAL DA PREFEITURA DE CURUTIBA. **Parque e Bosques – Parque São Lourenço**. 2018. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-sao-lourenco/317>> Acessado em: 05. maio. 2018.

QUEIROZ, Talita Nicolau. **Paisagismo**. Revista Especialize On-line IPOG. 5ª ed, nº.005, v.01, 2013.

PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND. Nossa cidade. Disponível em <<http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/>> Acesso em 10 de maio de 2018.

REGO, Lins do. O homem e a paisagem. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

RUDOLF, Arnheim. **Arte e percepção: uma psicologia da visão criadora**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2004.

SANTOS, Ademir Brito dos. Horto florestal são francisco: o pulmão verde de assis chateaubriand. **Assis Chateaubriand 50 anos Uma Linda Historia** , Assis Chateaubriand, 14 out. 2016. o regional em revista, p. 98.

SCHVARSBERG, Benny; MARTINS, GiselleC.; CAVALCANTI, CarolinaB (Org.). **Estudo de Impacto de Vizinhança**: Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 95 p. v. 4.

SECOVI-SP, Sindicato das Empresa de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo, **A Industria Imobiliária e a Qualidade Ambiental: Subsídios para o Desenvolvimento Urbano Sustentável**. São Paulo, Pimi, 2000.

SOUZA, T. A. de; GANDARA, J. M. **Mobiliário urbano como elemento de qualidade, marketing e sustentabilidade em CuritibaPR**. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. X, n. 1, p. 78 - 96, jun. 2013.

SZEREMETA, B.; ZANNIN, P.H.T. **A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades**. R. Ra'e Ga, Curitiba, v.29, p.177-193, 2013

TESSARINE, José Benedito. **O Mobiliário urbano e a Calçada**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2008.

TORRES, Paulo. **Criação do Parque do Povo é aprovada:** PL que cria o Parque do Povo “Luiz Cláudio Hoffman”, conhecido como parque da perimetral, foi votado no último dia 13. 03/12/2014. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.leg.br/assessoria-de-imprensa/noticias/criacao-do-parque-do-povo-e-aprovada>>. Acesso em: 04. maio. 2018.

UNILIVRE, UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. **Bosque Zaninelli.** 2018. Disponível em: < <http://unilivre.org.br/a-unilivre-ulma/campus/>>. Acessado em: 07. maio. 2018.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de paisagismo.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS**ANEXO A: CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE (ARTIGO 255)**

**ANEXO B: LEI 6.938/81 DA CONSTITUIÇÃO, IMPLEMENTA POLÍTICAS
NACIONAIS DO MEIO AMBIENTE (PNMA),**

APÊNDICES**APÊNDICE A: PONTOS FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS ANALISADOS**

APÊNDICE B: MAPAS EXPLICATIVOS DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

APÊNDICE C: PRANCHAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Lei Federal Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981

(Já alterada pela Lei nº 7804 de 18 de julho de 1989.)

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O Presidente da Republica.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 225 da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Da Política Nacional do Meio Ambiente

Artigo 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação melhoria e recuperação da qualidade ambiental propicia a vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e a pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Artigo 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

IV - poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito publico ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Dos Objetivos da Política Nacional

Do Meio Ambiente

Artigo 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa a qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para manutenção do equilíbrio ecológico propício a vida;

VII - a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Artigo 5º As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relacione com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

Do Sistema Nacional do Meio Ambiente

Artigo 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - Órgão Superior: o Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da Política Nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, adotado nos termos desta Lei, para assessorar, estudar e propor ao Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA diretrizes políticas governamentais para o Meio Ambiente e os Recursos Naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e essencial a sadia qualidade de vida;

III - Órgão Central: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com a finalidade de coordenar, executar e fazer executar, como órgão Federal, a Política Nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o Meio Ambiente, e a preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos ambientais;

IV - Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da Administração Federal Direta ou Indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental ou aquelas que disciplinamento do uso de recursos ambientais;

IV – Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programa, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

V - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas áreas de jurisdição.

§ 1º Os Estados na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo, deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando, solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico e científico às atividades do IBAMA.

Do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Artigo 7º O Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, tem por finalidade assessorar o Presidente da República na formalização da Política Nacional e das diretrizes governamentais para o Meio Ambiente e os recursos ambientais.

§ 1º - O Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA é presidido pelo Presidente da República, que o convocará pelo menos 2 (duas) vezes ao ano.

§ 2º - São membros do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA:

I - o Ministro da Justiça;

II - o Ministro da Marinha;

III - o Ministro das Relações Exteriores;

IV - o Ministro da Fazenda;

V - o Ministro dos Transportes;

VI - o Ministro da Agricultura;

VII - o Ministro da Educação;

VIII - o Ministro do Trabalho;

IX - o Ministro da Saúde;

X - o Ministro das Minas e Energia;

XI - o Ministro do Interior;

XII - o Ministro do Planejamento;

XIII - o Ministro da Cultura;

XIV - o Secretario Especial de Ciência e Tecnologia;

XV - o Representante do Ministério Público Federal;

XVI - o Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC;

XVII - 3 (três) representantes do Poder Legislativo Federal;

XVIII - 5 (cinco) cidadãos brasileiros indicados pelo conjunto das entidades ambientais não governamentais.

§ 3º - Poderão participar das reuniões do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, sem direito a voto, pessoas especialmente convidadas pelo seu Presidente.

§ 4º - A participação no Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, é considerada como de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 5º - O Ministro do Interior é sem prejuízo de suas funções, Secretario - Executivo do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA.

Artigo 8º - Incluir-se-ão entre as competências do CONAMA:

I - estabelecer mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA;

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas as informações indispensáveis; o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA apreciará os estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios de impacto ambiental, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, nas áreas consideradas Patrimônio Nacional pela Constituição Federal;

III - decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA;

IV - homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental; (VETADO);

V - determinar, mediante representação do IBAMA; e perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

Artigo 9º - São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

Artigo 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

§ 1º - Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação.

§ 2º - Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação do IBAMA.

§ 3º - O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, este em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

§ 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o licenciamento previsto no caput deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

Artigo 11 - Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 1º - A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pelo IBAMA em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes.

§ 2º - Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

Artigo 12 - As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

§ único - As entidades e órgãos referidos no " caput " deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e a melhoria da qualidade do meio ambiente.

Artigo 13 – O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - a fabricação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais;

§ único - Os órgãos, entidades e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Artigo 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - a multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - a perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - a suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, e o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - Nos casos de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4º - Nos casos de poluição provocada pelo derramamento ou lançamento de detritos ou óleo em águas brasileiras, por embarcações e terminais marítimos ou fluviais, prevalecerá o disposto na Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967.

Artigo 15 - O poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente, fica sujeito a pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR.

§ 1º - A pena é aumentada até o dobro se:

I - resultar:

a) dano irreversível a fauna, a flora e ao meio ambiente;

b) lesão corporal grave;

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte;

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou em feriado.

§ 2º - Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas.

Artigo 16 - REVOGADO

Artigo 17 - Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e a indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Artigo 18 - São transformados em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade do IBAMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, e os pousos das aves de arribação protegidas por Convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações.

§ único - As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradarem reservas ou estações ecológicas, bem como outras áreas declaradas como de relevante interesse ecológico, estão sujeitas as penalidades previstas no art. 14 desta Lei.

Artigo 19 - Ressalvado o disposto nas Leis nºs 6.357, de 17 de novembro de 1967 e 7.661, de 16 de maio de 1988, a receita proveniente da aplicação desta Lei será recolhida de acordo com o disposto no Artigo 4º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

Artigo 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

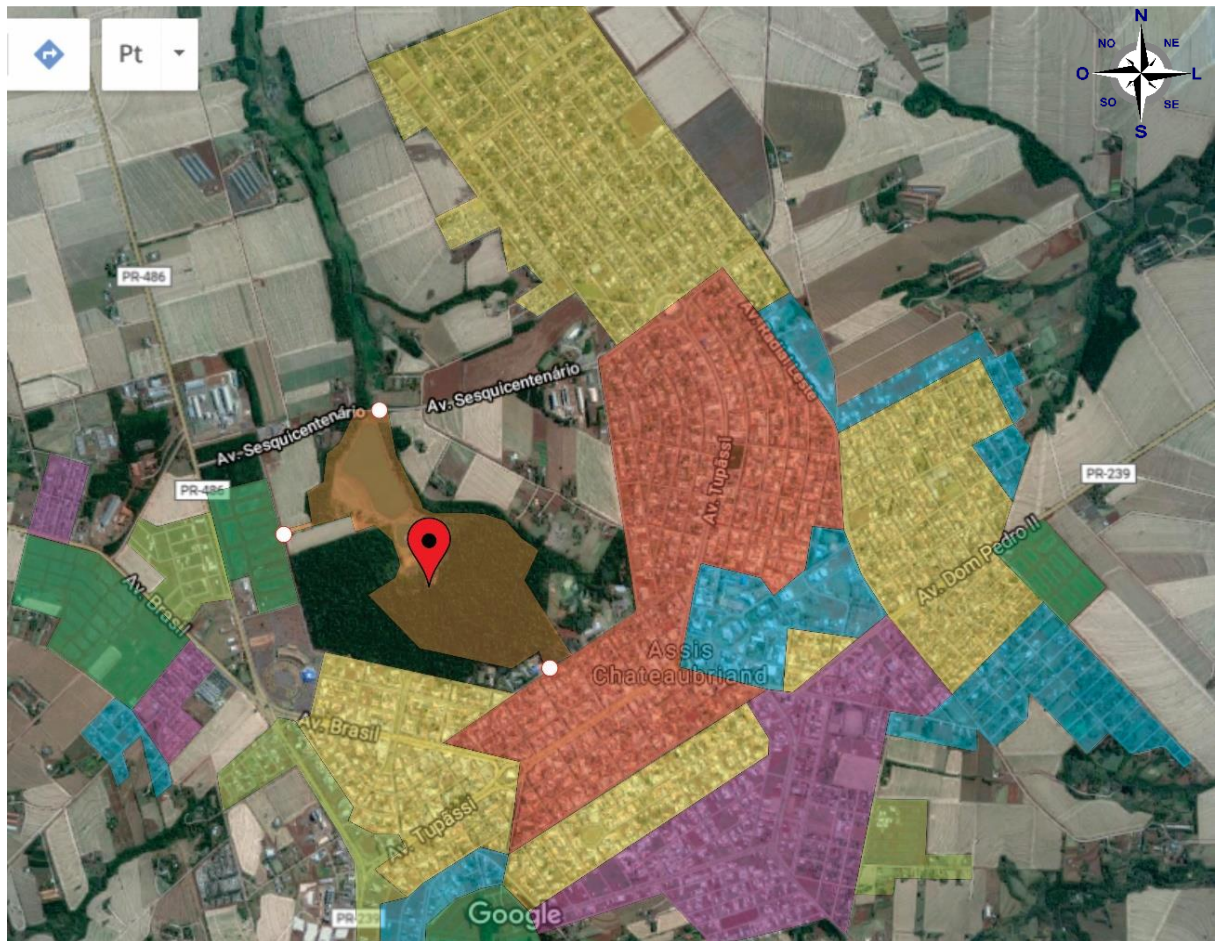
Artigo 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Aqui temos os 7 pontos que devem ser analisados ao se fazer um estudo e impacto de vizinhança (EIV) .

LEVANTAMENTO DOS PONTOS:	POSITIVOS	NEGATIVOS
ADENSAMENTO POPULACIONAL	- AUMENTO NA PROCURA DE LOTES COM FINS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS; - ÁREA NO ENTORNO POSSUI ADENSAMENTO	- POUCA DENSIDADE POPULACIONAL DEVIDO AOS ALTOS VALORES DOS LOTES;
EQUIPAMENTOS URBANOS E COMUNITÁRIOS	- INVESTIMENTOS EM QUALIDADE DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A COMUNIDADE	- AUMENTO DE INVESTIMENTO PÚBLICO NO SUPRACITADO SETOR
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	- IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CUNHO A ATENDER A COMUNIDADE - SIM, E PERMISSÍVEL A INSTALAÇÃO	- SURGIMENTO DE COMERCIO EM ÁREAS DE EXCLUSIVIDADE RESIDENCIAL
VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA	- AUMENTO NO VALOR DOS TERRENOS E EM IMÓVEIS JÁ CONSTRUÍDO NUMA FAIXA DE 300M	- TERRENOS ABANDONADOS PELA FALTA DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS
GERAÇÃO DE TRÁFEGO E DEMANDA POR TRANSPORTE PÚBLICO	- EXISTE PONTO PRÓXIMO - AUMENTO DA ROTA E PONTOS DE ÔNIBUS	- AUMENTO NO FLUXO DE VEÍCULOS NAS VIAS DE ACESSO PRINCIPAL - NÃO POSSUI PONTO DE ÔNIBUS NOS PORTÕES DE ACESSO
VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO	- POSSUI BOAS CONDIÇÕES - GRANDES ESPAÇOS ABERTOS	- EM ALGUMAS DE SUAS EXTREMIDADES UM POUCO RESTRITO DEVIDO A MATA
PAISAGEM URBANA E PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL	- IMPACTO DE MADEIRA POSITIVA NA PAISAGEM URBANA - PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS ALEM DA MATA NATIVA	- RETIRADA DE QUIOSQUES EXISTENTES E COLOCAÇÃO DE NOVOS - NÃO, HAVERÁ RETIRADA DE EDIFÍCIO COM VALOR HISTÓRICO À CIDADE

Todos devem ser analisados com o máximo de cautela, para que o resultado seja o mais exato possível, e que após a finalização das análises, tenha-se aprontado que a revitalização do parque seja favorável ou não.

MAPA DE ADENÇAMENTO POPULACIONAL:

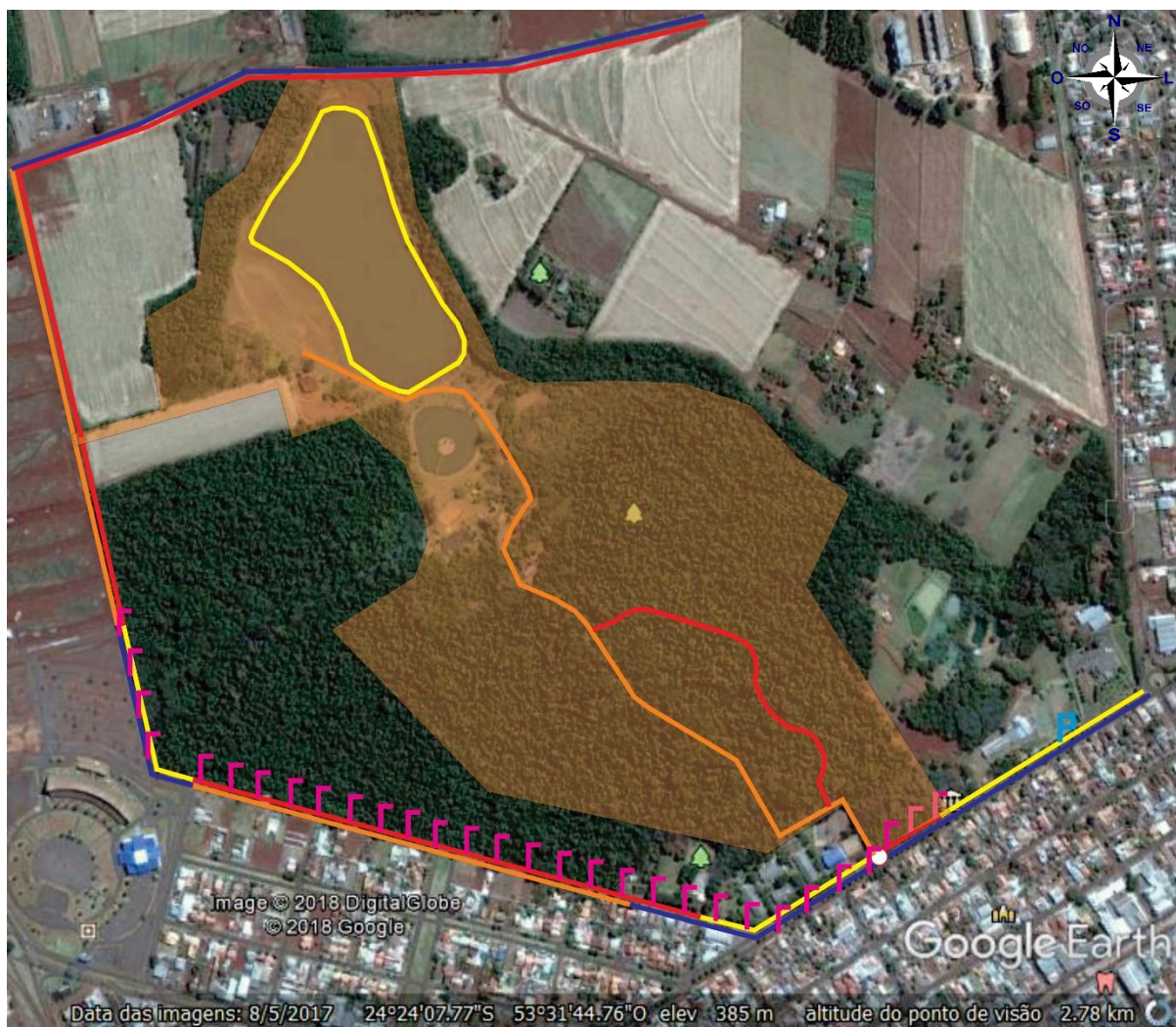


Fonte: Google Maps/ editado pelo autor, 2018

■	Loteamento Novo
■	Baixo
■	Baixo / Média
■	Média
■	Média / Alta
■	Alta
■	Área de Intervenção

Ao Sul, Leste e Noroeste nota-se a uma densidade populacional com parâmetros médio / alto e alto, ao oeste pode-se notar uma área com baixo adensamento, devido conter loteamento novos ou com baixa valorização imobiliária, ainda a oeste será implantado novo acesso para atender a população dos bairros existente e dos que hão de ser instituídos, pois já se encontram em caráter de liberação e construção pelas empreiteiras.

MAPA DE EQUIPAMENTOS URBANOS:



Fonte: Google Maps/ editado pelo autor, 2018

- Existe Calçada
- Não Existe Calçada
- Via Pavimentada
- Via não Pavimentada
- └┐ Poste de Iluminação
- P Ponto de Ônibus

No entorno do Parque a vários pontos que necessitam de execução ou readequação dos equipamentos urbanos, como calçadas, pavimentação, iluminação pública, dentre outros.

MAPA DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA:



Fonte: Google Maps/ editado pelo autor, 2018

Área com um raio de aproximadamente 300 m ao redor do parque, que por consequência de sua revitalização e melhor utilização do mesmo pela população sofre por influência um aumento significativo em seu valor de mercado.

REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL

SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA CIDADE DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

1/4

Conceito:

O poder de proporcionar bem-estar a vida da população está relacionada diretamente com a qualidade das áreas verdes existentes, estas que estão devidamente qualificadas para o uso contínuo, estabelece um vínculo social e econômico entre as pessoas, que estão ali para descansar depois de um dia de trabalho, passear com os filhos em meio a natureza ou mesmo para aqueles que estão ali apenas para contempla-la.

Qualidade e bem estar da população, do meio ambiente e preservação dos recursos naturais existentes, estão lado a lado nesta revitalização, esta área é de suma importância para a cidade de Assis.

Finalidade:

A importância do Parque Urbano é que desempenhe sua principal função, acolher com uma boa qualidade todos seus usuários, para que este espaço permaneça apto a utilização com qualidade, se faz necessário uma revitalização, para adequar e suportar o aumento da população decorrente de empreendimentos com grande e médio porte, que estão por ser implantados no município e que requer uma grande demanda de mão de obra.

Este trabalho trata sobre a importância das áreas verdes para a população, abordando a qualidade de vida proporcionada por estas áreas e suas influências sob o bem estar humano. A preocupação com a qualidade e quantidade, vem de encontro com a carência de quintais particulares nas residências familiares, devido ao pouco tempo em que as pessoas têm para o cuidado dos mesmos, e a especulação imobiliária que visa lucro mais, aumentando a quantidade de lotes e diminuindo seus tamanhos.

O quão importante os Parques são para a população é também para a cidade num geral. Proporciona um micro clima com temperaturas mais amenas e agradáveis, sua concepção paisagística agrega valor e identidade própria nas suas proximidades, com suas nuances de cores e aromas originados de seus maciços floridos, que se bem planejado oferece a cidade um belo cartão postal de referência e qualidade paisagística.

A revitalização de Parques Urbanos tem a proporcionar o melhoramento da potencialidade destas áreas para a população, muitas vezes com abrangência ecológica de preservação à mata nativa e aos recursos naturais existente no seu interior, assim agregando valor à mesma e qualidade de vida para a população.

Correlatos:



1 - Parque do Povo: Situado em Toledo, destaca-se por seus grandes espaços livres, propiciando a uma área ampla para contemplação, repouso, prática de atividades ao ar livre.



2 - Parque São Lourenço: Localizado em Curitiba, sua forma se adapta a topografia do terreno, muito frequentado por praticantes de atividades, como caminhada, ciclismo, ou para desfrutar das áreas contemplação em meio a natureza.



3 - Bosque Zaninelli 'UNILIVRE': Também localizado em Curitiba, tem sua estrutura toda feita em toras de eucalipto tratado, integrando a obra na paisagem existente, abriga a Universidade Livre do Meio Ambiente com fins de educação ambiental e ecológica.



4 - Millennium Park: Localizado em Chicago, tem o princípio de contribuir para com o desenvolvimento da arquitetura e a paisagem urbana com linhas modernas, contribui com bem estar da população.



Área pertencente ao Parque



Fonte: Google Earh, (modificado pelo autor), 2018

Cenário atual do Parque

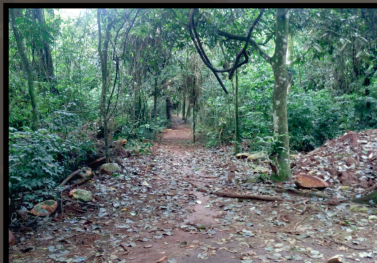
Atualmente o Parque se encontra com diversas carências, tanto em questões de estéticas, de segurança, de manutenção e de atrativos para a população poder assim usufruir da melhor maneira possível.

Ponto de erosão



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Trilha existente sem acessibilidade



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Quiosque e mesa deteriorado



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Acesso ao Parque



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Boa parte da estrutura existente no interior se encontra em má qualidade inviabilizando seu restauro, como é o caso dos quiosques, alguns estão se deteriorando com o tempo, devido a falta de manutenção do mesmo, e a também áreas que não são usadas devido à falta de infraestrutura e atrativos para a população

O Parque:

O Parque Municipal São Francisco de Assis, conhecido mais popularmente como Horto Municipal, esta localizando ao Noroeste do Plano Piloto da cidade na gleba 05-C – Colônia Peruíbe, fundo de vale do Córrego Baiano, seu acesso se faz pela Rua do Bosque, com as coordenadas 24° 24'11" latitude sul e 53° 31'35" longitude oeste, sua composição é uma área de mata nativa de 496,100 metros quadrados correspondente a 49,61 Hectares ou 20,50 Alqueires paulistas área pertencente ao Parque, mas que em sua totalidade de área pública de preservação permanente chega a 698.988,59 m².

A Cidade:

O município possui uma população estima em cerca de 33.025 habitantes, segundo o último senso realizado em 2010, com uma área territorial de 969,587 Km² e densidade demográfica de 34,06 habitantes por metro quadrado (hab/km²).

Está localizado na Mesorregião do Oeste do estado do Paraná, no entroncamento de três rodovias principais que liga a cidade as outras regiões do estado, a PR-486 saída para Umuarama, PR-364 para Guairá, PR-239 para Toledo.

Topografia geral do Parque



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Proposta do novo Portal de Acesso:

Uso de toras de eucalipto tratado oriundo de reflorestamento, Guarita e posto de informações para melhor orientar os visitantes,

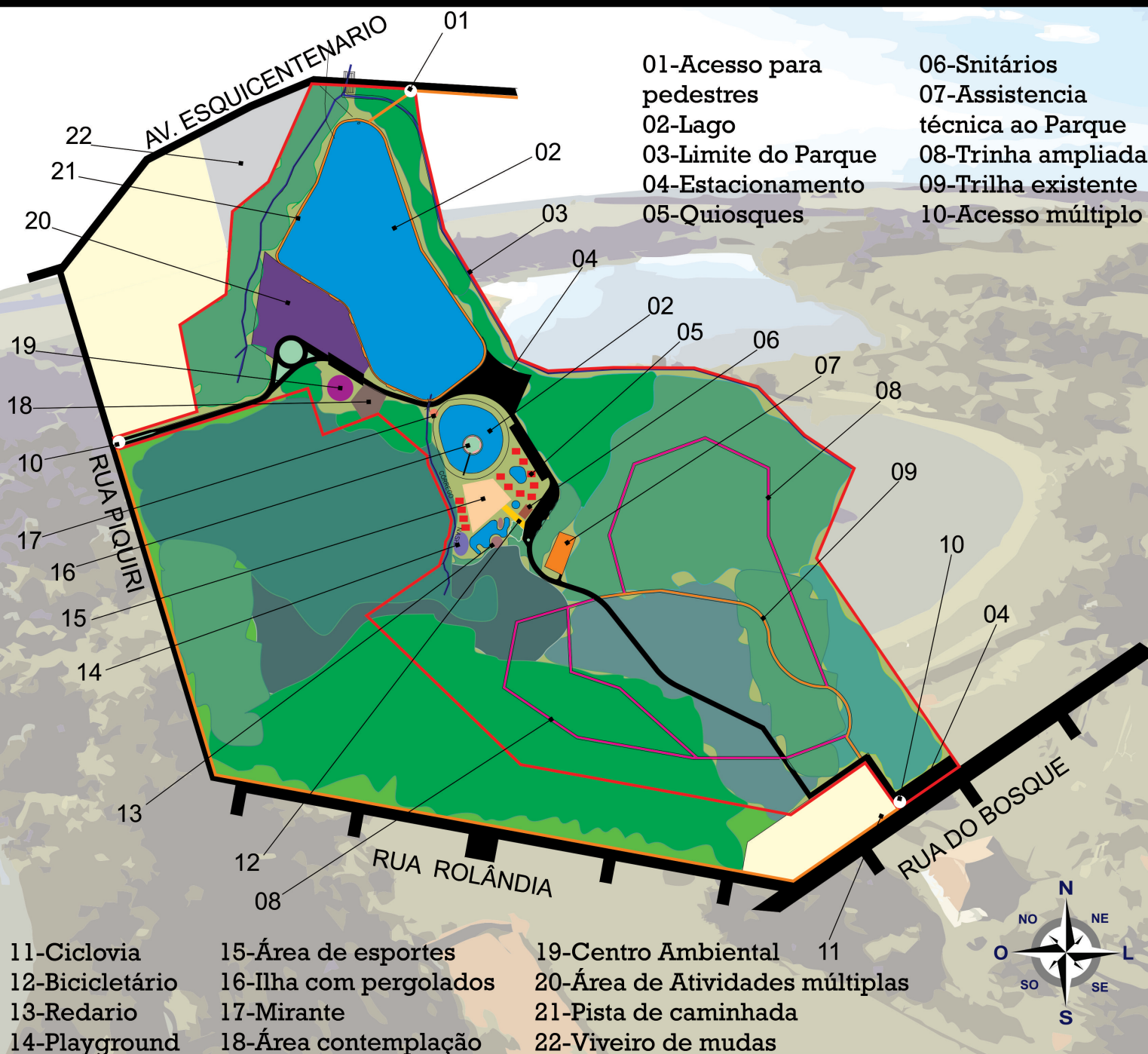
Sua cor Marrom remete a terra da região, todos os materiais empregados foram encolhidos de maneira a impactar o mínimo possível na paisagem natural local.

Características gerais:

O Parque tem característica das florestas estacional semi-decidual, subtropical úmido com verões quentes, nesta porção pode ser encontrado pequenas áreas com matrizes de espécies nativas, que possibilitou a reconstrução do ambiente que foram sendo retiradas por meio de cortes e queimadas, para a expansão do município.

Referente a área de intervenção, que se encontra em uma macrozona de Preservação Ambiental correspondente as áreas situadas próxima as nascentes do Córrego Baiano, sendo parte ocupada pelo Parque Municipal São Francisco de Assis (Horto Florestal Municipal) é com mata nativa de preservação permanente. Esta macrozona tem como objetivo orientar as polícias no sentido de: Proibir nessas áreas o parcelamento do solo e a edificação para fins urbanos; garantir a preservação da mata nativa; incentivar o uso para parques ecológicos e turismo, lazer e recreação (ASSIS CHATEAUBRIAND, 2007).

Sua topografia tem característica de fundo de vale, em formato de “V”, com uma inclinação máxima de 14,2% e uma elevação aproximadamente de 57 metro de uma extremidade a outra (A-C), cerca de 1.610 metros



Intenções Projetuais:

Com base nas diretrizes projetais dos correlatos abordados, ajudaram a formular um programa de necessidades com pré-requisitos que um Parque deve atender, tais como: fornece qualidade de vida a população, bem-estar da saúde e proteção do meio ambiente.

Boa parte da estrutura existente no interior se encontra em má qualidade inviabilizando seu restauro, como é o caso dos quiosques, alguns estão se deteriorando com o tempo, devido a falta de manutenção do mesmo, e a também áreas que não são usadas devido à falta de infraestrutura e atrativos para a população.

Desta forma a principal intenção da revitalização do Parque Municipal São Francisco de Assis, é de proporcionar a população e seus visitantes uma área verde de recreação, com melhor infraestrutura, acessibilidade, atrativos, segurança, desta forma criando novos espaços para fins específicos e multiuso.

Serão readequadas algumas das infraestruturas já existentes proporcionando melhor utilização da mesma, e integrando-as com o restante do Parque, e atendendo maior número de pessoas, com qualidade e melhorando o visual estético, formulando então um amplo programa de necessidade.